



ACADEMIA MILITAR

**A importância da experiência internacional, para o
levantamento da doutrina denominada de “O Exército na
Guerra Subversiva”**

Autor: AspOfAl Inf Victor Manuel Santinha Ferreira

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Correia Barrento Lemos Pires

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2014**



ACADEMIA MILITAR

**A importância da experiência internacional, para o
levantamento da doutrina denominada de “O Exército na
Guerra Subversiva”**

Autor: AspOfAl Inf Victor Manuel Santinha Ferreira

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Correia Barrento Lemos Pires

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2014**

Dedicatória

Aos meus pais, que apesar das vicissitudes que a vida apresenta, sempre estiveram presentes e mostraram-me o caminho a seguir.

Agradecimentos

Embora este Trabalho de Investigação Aplicada seja de índole individual, este só resultou do esforço e dedicação de várias pessoas e órgãos, aos quais manifestarei o meu agradecimento nas breves linhas que se seguem.

Ao Coronel Lemos Pires, por ter aceitado ser Orientador do meu Trabalho de Investigação Aplicada e que em todos os momentos se mostrou disponível para me orientar e, acima de tudo, guiar nesta nova etapa.

Ao Exército, em particular à Academia Militar, por toda a formação, valores e valências inculcados ao longo destes cinco anos de formação.

Na fase de recolha de dados mais específicos para a elaboração deste Trabalho de Investigação Aplicada, é devido reconhecimento ao Tenente-Coronel Proença Garcia, Tenente-Coronel Lousada, Major Melo Dias, Capitão Pedro Ferreira, Tenente Adriano Afonso, que através de entrevistas e depoimentos ajudaram em muito para a conclusão deste trabalho.

Quero agradecer ao Professor Rod Stuart, que ajudou na correção do *Abstract*.

Ao Tenente-Coronel Luís Calmeiro, numa primeira fase da Direção do Curso de Infantaria e ao Tenente-Coronel Estevão da Silva como atual Diretor do Curso de Infantaria, por toda a disponibilidade e preocupação nestes últimos dois anos.

Ao curso geral António da Costa e Silva e em especial ao curso de Infantaria por em cinco anos terem contribuído para o meu enriquecimento pessoal e profissional.

À Paula Fernandes pela ajuda na pesquisa bibliográfica.

À Marta, por ter estado nos últimos anos desta formação sempre presente.

À minha irmã, da qual tantas vezes estive ausente e que mesmo assim nunca deixou de me apoiar e suportar sozinha situações complicadas.

E porque os últimos são sempre os primeiros, agradeço com toda a sobriedade e amor, aos meus pais, que mesmo longe, conseguiram fazer com que a distância deixasse de ser o espaço vazio entre dois pontos, para passar a ser uma união de maiores dimensões.

Epígrafe

*“Mais razão é que queira eterna glória
Quem faz obras tão dignas de memória.”*
(Camões, 1572)

*“Os militares sabiam que, na guerra subversiva, não há vitórias militares, mas há
derrotas políticas atribuíveis aos militares ”*
(Afonso, 2009)

Resumo

O presente estudo intitulado de “A importância da experiência internacional, para o levantamento da doutrina denominada de “O Exército na Guerra Subversiva”, tem como principal objetivo, verificar como a doutrina militar de contra subversão portuguesa foi influenciada, principalmente, pelas doutrinas britânica e francesa.

Com o final da segunda guerra mundial, o mundo bipolarizou-se, sendo um polo o Comunismo e o outro o Capitalismo. O polo Comunista percebeu no final da Segunda Guerra Mundial que a conquista do mundo não poderia ser feita através de um confronto direto, sob pena de a destruição mútua ser assegurada. Para que isso não acontecesse, as crenças Comunistas à data eram levar à queda do Capitalismo, fazendo com que os seus alicerces ruíssem, ou seja, fomentar um sentimento de revolta e de libertação nas colónias dos países capitalistas.

Para que se possa perceber como a doutrina militar de contra subversão portuguesa foi influenciada pelas doutrinas britânica e francesa é necessário ter conhecimento prévio de alguns conceitos como, doutrina, guerra, subversão e guerra subversiva.

A doutrina portuguesa de contra subversão, “O Exército na Guerra Subversiva”, é representada por um manual, que se divide em cinco volumes, promulgados no ano de 1963 sendo eles: Generalidade; Operações contra bandos armados e guerrilhas; Ação psicológica; Apoio às autoridades civis e, por fim, Administração e logística.

As experiências na Malásia por parte dos britânicos e na Indochina e Argélia por parte dos franceses, revelaram ao mundo em especial a Portugal, a guerra subversiva como ela é e todas as suas diferenças, tendo Portugal absorvido todos os conhecimentos possíveis para que dentro das suas fronteiras nas suas províncias ultramarinas, não se desenvolvessem situações semelhantes.

Portugal com os conhecimentos aprendidos através das experiências britânicas e francesas, conseguiu aplicá-los nas suas províncias, desde 1961 até 1974.

PALAVRAS-CHAVE: Subversão, Doutrina, Contrassubversão, Exército Português.

Abstract

The following paper entitled “The importance of international experience for the creation of doctrine “Regarding the Army and the Counter Insurgency War”” has as main goal getting to know how the Portuguese military doctrine was influenced by the British and French doctrines.

With the end of the Second World War, the world bipolarized itself, being at one end Communism and at the other end Capitalism. The Communist end understood that at the end of the Second World War, the world could not be conquered by a direct confrontation. If that was the case, both ends would be destroyed. In order for that not to happen, communists believed that in order to make capitalism fall they had to break down its grounds. They could do that by giving birth to a revolution and liberation in the colonies of the capitalist countries.

In order to understand how the counter insurgency military doctrine was influenced by the British doctrine and the French it is needed to have previous knowledge is needed of some concepts such as doctrine, war and counter insurgency.

The Portuguese counter insurgency military doctrine, “The army and the counter insurgency war” is presented as a field manual that is divided into five volumes, being published in the year 1963. The five volumes are: General knowledge; Operations against armed forces and guerrillas; Mind Games; Civilian authorities support and Administration and logistics.

The British experience in Malaysia and in Indochina and Algeria by the French revealed to the world, and specially to Portugal, the counter insurgency war as it really is, having Portugal taking account of all possible knowledge so that inside the borders of its colonies similar situations wouldn’t start.

Portugal with the knowledge learned from the British and French experience managed to use them in its colonies from 1961 until 1974.

KEYWORDS: Insurgency, Doctrine, Counter-Insurgency, Portuguese Army.

Índice Geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Epígrafe	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Índice Geral	vii
Índice de Quadros	x
Índice de Apêndices.....	xi
Lista de Anexos	xii
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xiii
Capítulo 1 - Introdução.....	1
1.1. Enquadramento / Contextualização da Investigação.....	1
1.2. Justificação do Tema.....	1
1.3. Objetivos	2
1.4. Questão Central	2
1.5. Questões derivadas	3
1.6. Metodologia	3
1.7. Estrutura do Trabalho.....	4
Capítulo 2 - Revisão de Literatura.....	5
Capítulo 3 - Metodologia e Procedimentos.....	7
3.1. Introdução.....	7
3.2. Método de Abordagem ao Problema.....	8
3.3. Técnicas, Procedimentos e Meios Utilizados.....	8
3.4. Local e Data da Pesquisa de Dados.....	8
3.5. Descrição dos Procedimentos de Análise e Recolha de Dados.....	9
Capítulo 4 - Preparação de Portugal para a Guerra Subversiva.....	10
4.1. Bases Conceptuais.....	10
4.2. Contextualização	11

4.3. Os Primeiros Indicadores	12
4.4. As Primeiras Iniciativas	14
Capítulo 5 - Caracterização da Denominada “Guerra Subversiva”	17
5.1. Origens	17
5.2. Generalidades	18
5.2.1. Subversão	18
5.2.2. Luta Contra a Subversão	20
5.2.3. Finalidades e Formas.....	21
5.3. Operações militares	21
5.3.1. Inimigo	22
5.3.2. Terreno	23
5.3.3. Forças a Empregar.....	23
5.3.4. Instalação de Forças e Conduta das Operações.....	24
5.3.5. Informação e contrainformação	26
5.3.6. Operações das Pequenas Unidades	27
5.4. Ação psicológica	29
5.5. Apoio às Autoridades Cíveis e Administração	29
Capítulo 6 - As Influências Britânicas e Francesas	31
6.1. Reino Unido (RU)	31
6.1.1. Evolução da Doutrina Britânica	31
6.1.2. Malásia (1948 - 1960)	33
6.2. França (FR)	36
6.2.1. Evolução da Doutrina Francesa.....	36
6.2.2. Indochina (1945 - 1954)	37
6.2.3. Argélia (1954 - 1962)	39
6.3. Influências	41
6.3.1.Preâmbulo.....	41
6.3.2.Conquista da População	41
6.3.3.Inimigo	42
6.3.4.Terreno	42
6.3.5.Adaptação das Forças e Meios	43

6.3.6. Informações e Ações Psicológicas	44
6.3.7. Patrulhas	45
6.3.8. Forças de Quadrícula.....	45
6.3.9. Limpeza de Zona e Emboscada.....	46
Capítulo 7 - A Doutrina Portuguesa e a Sua Aplicabilidade	47
7.1. Aplicabilidade	47
7.2. Exemplos da Aplicabilidade da Doutrina Portuguesa.....	48
Capítulo 8 Conclusões	53
8.1. Respostas às Questões de Investigação	53
8.2. Resposta à Questão Central.....	55
8.3. Limitações da Investigação	55
8.4. Propostas Para Futuras Investigações	55
Bibliografia.....	Bib1
Apêndices	Ape1
Anexos.....	Ane1

Índice de Quadros

Quadro 1 - Resposta às questões	Ape27
---------------------------------------	--------------

Índice de Apêndices

Apêndice A - Guião de Entrevista ao Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Barrento Lemos Pires	Ape2
Apêndice B - Guião de Entrevista ao Tenente Coronel de Infantaria Proença Garcia...	Ape7
Apêndice C - Guião de Entrevista ao Major de Infantaria Melo Dias	Ape13
Apêndice D - Guião de Entrevista ao Capitão de Cavalaria Pedro Ferreira.....	Ape17
Apêndice E - Guião de Entrevista ao Tenente de Infantaria Adriano Afonso	Ape22
Apêndice F - Análise de Conteúdo das Questões.....	Ape27

Lista de Anexos

Anexo A – Plano feral de ação anti subversiva em África	Ane2
Anexo B – Atividades subversivas no ultramar português: Angola, Guiné e Moçambique	Ane8
Anexo C – Operações das Pequenas Unidades	Ane11
Anexo D – Dispositivo de Forças Em Quadrícula	Ane12
Anexo E – Relatório Missão Argélia.....	Ane13

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AECL	Associação Europeia do Comércio Livre
AHM	Arquivo de História Militar
AM	Academia Militar
BM	Banco Mundial
Cap	Capitão
CC	Comandante-Chefe
CIGS	<i>Chief Of The General Staff</i>
COR	Coronel
CEM	Chefe do Estado-Maior
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EME	Estado-Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FR	França
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
Maj	Major
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OECE	Organização Europeia de Cooperação Económica
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
RU	Reino Unido
TCor	Tenente-Coronel
Ten	Tenente
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro de Operações

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VOL Volume

Capítulo 1

Introdução

1.1. Enquadramento / Contextualização da Investigação

A elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito curricular dos cursos ministrados na Academia militar (AM), inserido no Tirocínio para Oficial de Infantaria. A elaboração desta investigação é conduzida em contexto de ambiente profissional com o objetivo de desenvolver capacidades e aplicar as competências adquiridas durante a formação na AM. A investigação que se segue tem como tema: A importância da experiência internacional, para o levantamento da doutrina denominada de “O Exército na Guerra Subversiva”. Desta forma, este TIA bem como outros estudos da mesma índole, têm como objetivo aumentar os níveis de conhecimento sobre determinado assunto bem como as capacidades de investigação dos seus autores.

Pretende-se com este tema perceber a importância da experiência militar de contrassubversão britânica e francesa, nos conflitos ultramarinos que estas duas nações enfrentaram bem como o processo que levou à conceção de doutrina de contrassubversão e as influências que vieram a ter na doutrina de contrassubversão portuguesa.

1.2. Justificação do Tema

O tema do trabalho traduz a importância da recolha de experiências e doutrinas internacionais, para o levantamento da doutrina denominada de “O Exército na Guerra Subversiva”. O estudo irá incidir na experiência adquirida pela França e Reino Unido antes do início da Guerra do Ultramarina.

A guerra subversiva tende a ser mais visível com o início da Guerra Fria. Com o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo apresentava-se dividido entre o Capitalismo e o Comunismo, ou seja, um mundo bipolar em que nenhum dos polos pretendia um confronto direto. Por sua vez os Comunistas, defendendo uma aproximação indireta, “O

caminho para Paris e Londres passa por Pequim e pela África” (Lenine cit in, Oliveira, 1961, p.37), pretendiam dominar o mundo por fases, desde a conquista do Sudeste Asiático, passando para a Ásia Ocidental, entrando no continente africano, primeiro por norte e então depois pela África Negra, culminando na Austrália e na Europa. Desta forma, um novo modo de fazer a guerra surge e uma nova força surge, com características próprias que até então eram quase desconhecidas. Através desta investigação serão nos níveis da organização, tática e logística que tentaremos caracterizar esta forma diferente de fazer a guerra. Pretendemos, através da análise da recolha de experiências, em especial de duas nações (França e Grã Bretanha) verificar quais os aspetos mais relevantes para o levantamento da doutrina “O Exército na Guerra Subversiva”.

1.3. Objetivos

Pretende-se com a formulação deste TIA investigar as origens da doutrina de contrassubversão existente em Portugal sobre Guerra Subversiva, indo ao cerne da questão, ou seja, aos exemplos que a história nos pode mostrar nesse tipo de Guerra. Devido ao aumento da importância deste tipo de guerras torna-se essencial perceber como se criou a doutrina portuguesa, que passos foram seguidos para a sua elaboração e qual a influência que tiveram as experiências britânicas e francesas.

Interessa também tentar perceber com a elaboração desta investigação, o que é realmente a Guerra Subversiva bem como toda a teoria que rodeia este tipo de Guerra, desde as diferenças entre Guerra Subversiva e Convencional, bem como as fases pela qual se compõe e as formas de ação.

1.4. Questão Central

Este tema, sendo de índole histórica tem uma problemática que foi elaborada sob a forma de uma questão central, tendo sido levados em consideração aspetos como exequibilidade e pertinência, (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Com a finalidade de alcançar os objetivos pré-estabelecidos, após uma fase inicial de pesquisa, foi idealizada a seguinte questão central: “Que importância tiveram as

experiências de outros países, em especial o Reino Unido e França , para a conceção da doutrina denominada “O Exército na Guerra Subversiva”?”

1.5. Questões derivadas

No seguimento da questão central, um conjunto de questões derivadas se impuseram, e que ao serem respondidas servirão para solucionar a questão central, nomeadamente:

Questão derivada nº1: “Como se preparou Portugal para a Guerra Subversiva?”

Questão derivada nº2: “Como se estudaram os outros conflitos?”

Questão derivada nº3: “Que diferenças assinaláveis se encontram entre as várias doutrinas em análise?”

Questão derivada nº4: “De que forma as doutrinas e experiências de outros países foram utilizadas para a elaboração da doutrina portuguesa?”

1.6. Metodologia

Sendo este um TIA, a metodologia que se lhe aplica é fundamentalmente no âmbito de pesquisa e investigação histórica, baseada na consulta e tratamento de fontes primárias, sob a forma impressa ou em manuscrito, que é aprimorada com outras fontes textuais e bibliográficas nacionais e internacionais.

Assim sendo, a recolha de informação centrou-se junto dos Arquivos e Bibliotecas, revistas da especialidade, publicações periódicas, documentos eletrónicos, todos estes quer de natureza civil bem como de natureza militar.

Para a conceção desta investigação, utilizou-se o método idealizado por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2008), que se encontra no Manual de Investigação em Ciências Sociais, em que o processo de investigação está assente nos três grandes atos do procedimento¹ científico, que se denominam de hierarquia dos atos epistemológicos: a rutura, construção e a verificação. Estes estão divididos em sete etapas.

¹ “Um procedimento é uma forma de progredir em direção a um objetivo” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.25).

O primeiro ato, a Rutura, é constituído por três etapas: Etapa 1-Pergunta de partida; Etapa 2-A exploração, e por fim, a Etapa 3-A problemática.

O segundo ato, a Construção, inclui a Etapa 3 e a Etapa 4-A Construção do modelo de análise.

O terceiro ato, Verificação, inclui as três últimas etapas; Etapa 5-A observação, a Etapa 6-A análise das informações e a Etapa 7-As conclusões.

1.7. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho é composto por oito capítulos estruturados da seguinte forma: introdução; revisão de literatura; metodologia e procedimentos; caracterização da denominada “Guerra Subversiva”; preparação de Portugal para a guerra subversiva; a doutrina portuguesa; as influências britânicas e francesas; a sua aplicabilidade; e as conclusões e recomendações.

No primeiro capítulo é feito o enquadramento, justificação do tema bem como a elaboração da sua problemática. São ainda enumerados os objetivos e referências à metodologia utilizada. Seguidamente é realizada uma parte mais teórica contemplada no segundo capítulo, onde são apresentados os conceitos significativos para a temática e fazemos uma abordagem histórica e contextual sobre a mesma.

A restante estrutura contempla uma parte prática e as conclusões. Assim sendo, a parte prática inicia-se com o terceiro capítulo e termina no sétimo capítulo, onde se abordam as influências britânicas e francesas na doutrina militar portuguesa de contrassubversão, através de exemplos de guerra na Malásia por parte dos britânicos e na Indochina e Argélia por parte dos franceses. Como oitavo e último capítulo, as conclusões têm o pressuposto de responder às questões colocadas inicialmente.

Capítulo 2

Revisão de Literatura

Este estudo intitulado de “A importância da experiência internacional, para o levantamento da doutrina denominada de “O Exército na Guerra Subversiva”, tem como principal objetivo, a percepção de como a doutrina militar de contra subversão portuguesa foi influenciada pelas doutrinas britânica e francesa.

“Guerra Revolucionária, 1960”, de Hermes de Araújo Oliveira, manual que consegue dar uma amplitude geral sobre a realidade da guerra revolucionária, em que consistia, o porquê de ser possível, a forma de reagir à guerra revolucionária e a posição das forças armadas.

“O Exército na Guerra Subversiva, 1963”, do Estado-Maior do Exército Português, é o manual fundamental para quase todo o estudo que aqui se irá desenvolver, contendo toda a doutrina de contra subversão portuguesa. Este manual intitulado de “O Exército na Guerra Subversiva”, está dividido em cinco volumes, que são eles: Generalidades; Operações contra bandos armados e guerrilhas; Ação psicológica; Apoio às autoridades civis e Administração e logística. Estes cinco volumes referidos, são o reflexo do estudo efetuado até 1963, essencialmente através da recolha das experiências do combate à subversão por parte do Reino Unido e da França. No primeiro volume, “Generalidades”, é onde se consegue perceber através de definições o que é a Guerra Subversiva, Guerra de Guerrilhas e Guerra Insurrecional. Assim Guerra Subversiva é *“uma luta conduzida no interior de um dado território, por parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação.”* (Estado Maior do Exército, 1963a, p.1).

Por sua vez a Guerra de Guerrilhas *“corresponde a conceitos ligados aos meios e processos de luta empregados, utilizáveis tanto em guerra convencional ou nuclear como em guerra subversiva.”* (Estado Maior do Exército, 1963a, p.5).

Por fim a Guerra Insurrecional “*corresponde a conceitos ligados, em especial, à ideia de luta interna, tal como a Guerra Subversiva.*” (Estado Maior do Exército, 1963a, p.1).

“Guerra revolucionária comunista, 1963”, de George K. Tanham, uma obra que retrata em pleno, a situação vivida na Indochina, tanto por parte das forças subversivas como das forças de contra subversão, tendo sido fundamental para perceber a situação francesa à data.

“A moderna Guerra de guerrilhas, 1963”, de Franklin Mark Osanka, por conter depoimentos na primeira pessoa, sobre a guerra da Indochina/Vietname, que mais uma vez foi fulcral para conseguir absorver o conhecimento da guerra de contra subversão francesa.

“Operações Antiterroristas na Malásia, 1964”, do Quartel General, é o livro que abarca grande parte das experiências britânicas na Malásia, escrito pelo General Templer e que em parte deste trabalho foi vital para que se possam ter feito as comparações entre doutrinas de contra subversão.

Por fim além de revistas militares, artigos e outras publicações com menor relevância, socorremo-nos fundamentalmente do I e II volume de “A Guerra de África” (1995), da autoria de José Freire Antunes, livros estes que são essenciais para qualquer estudo sobre a guerra colonial, pois contêm uma cronologia bastante detalhada desde o início até ao fim da Guerra. “A Guerra de África”, contém ainda, depoimentos em primeira pessoa, das mais variadas situações que ocorreram antes e durante a guerra de África, tornando-se assim fundamental para conseguir perceber de que forma a doutrina de contrassubversão portuguesa foi aplicada nas províncias ultramarinas.

Capítulo 3

Metodologia e Procedimentos

3.1. Introdução

Segundo Manuela Sarmento (2013, p. 4), a metodologia define-se “*como sendo um processo ou método para atingir um fim.*” Assim, adotando a terminologia num âmbito científico considera-se o “*estudo de método aplicado à ciência. Consoante a área da ciência que se estuda*” (Sarmento, 2013, p. 4). Este por sua vez é composto por “*um conjunto de regras básicas que visam obter novo conhecimento científico*” (Idem, p. 4).

No capítulo de Metodologia descrevemos em detalhe a metodologia e procedimentos para a realização desta investigação. Nesta investigação a metodologia seguida tem como principal referência o método de investigação histórica, “*O método histórico analisa os fenómenos ou processos em estudo, atendendo à constituição, ao desenvolvimento, à formação e às consequências do fenómeno*” (Sarmento, 2008, p.5), sendo baseado numa abordagem sincrónica, analisando a evolução da doutrina militar de contra subversão, através de experiências britânicas e francesas, para a conceção da doutrina militar de contrassubversão portuguesa. Esta análise, será feita através de investigação numa lógica sincrónica, através da análise de conteúdo de fontes textuais, sendo complementada através de investigações comparativas, considerando a necessidade de comparar as técnicas, procedimentos e experiências britânicas e francesas.

Dessa forma, o presente capítulo compreende a explanação da metodologia de abordagem à problemática dando uma breve mas essencial explicação sobre todo o desenvolvimento da presente investigação. De seguida, abordaremos algumas técnicas, procedimentos e meios utilizados para a realização do mesmo. Sendo ainda essencial abordar o local da pesquisa e recolha de dados tal como a composição e justificação da amostragem. Por fim, abordaremos a descrição dos procedimentos de análise e recolha dos dados e ainda a descrição dos materiais e instrumentos utilizados.

3.2. Método de Abordagem ao Problema

A abordagem à problemática prende-se a uma abordagem dedutiva, método este que foi proposto por Aristóteles baseando-se num “*raciocínio racional e lógico, que parte do geral para o particular*” (Sarmiento, 2013, p. 8). Esta por sua vez, por norma, não gera novos conhecimentos, uma vez que as suas conclusões são sempre um caso particular da lei geral (Sarmiento, 2013) e ainda descritiva sendo que observa e descreve comportamentos conseguindo uma caracterização precisa das variáveis envolvidas num determinado fenómeno (Freixo, 2012). Seguindo a lógica de um estudo descritivo optou-se por seguir um estudo de caso conseguindo o estudo de uma entidade no seu contexto real (Freixo, 2012).

3.3. Técnicas, Procedimentos e Meios Utilizados

Durante toda a análise documental foi-se privilegiando a pesquisa em fontes, essencialmente, primárias e secundárias. Foram ainda elaboradas entrevistas a pessoas com o adequado reconhecimento referente ao assunto, nomeadamente o Coronel (Cor) de Infantaria Lemos Pires; Tenente-Coronel (TCor) de Infantaria Proença Garcia; Major (Maj) de Infantaria Melo Dias; Capitão (Cap) de Cavalaria Pedro Ferreira e o Tenente (Ten) Adriano Afonso.

3.4. Local e Data da Pesquisa de Dados

Durante a elaboração da pesquisa, o processo de análise documental efetuou-se na biblioteca da Academia Militar, no Arquivo de História Militar (AHM) e junto do Orientador deste Trabalho de Investigação Aplicada, numa procura de fontes primárias e secundárias de autores valiosos para a nossa investigação. A investigação procedeu-se no período de abril de 2013 a julho de 2014.

3.5. Descrição dos Procedimentos de Análise e Recolha de Dados

A recolha de dados, teve maior incidência em fontes primárias e secundárias. Sendo, essencialmente, uma recolha documental em obras de reconhecido valor que representavam, obviamente, um contributo essencial à compreensão da temática. Elaborando-se ainda entrevistas presenciais e exploratórias – uma vez que *“explora o conteúdo da investigação, ouvindo especialistas sobre o assunto ou tema”* (Sarmento, 2013, p.33) – e ainda semiestruturada pois nesta o *“entrevistado responde às perguntas do guião pela ordem que entender, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados com as perguntas”* (Sarmento, 2013, p. 34).

Capítulo 4

Preparação de Portugal para a Guerra Subversiva

4.1. Bases Conceptuais

Neste tipo de investigações, e nesta em particular, é bastante importante o uso de determinada terminologia, que não só enriquece o estudo como o torna mais fidedigno. Neste caso, e sendo o objetivo primordial da investigação, a importância da experiência internacional para o levantamento da doutrina denominada “O Exército na Guerra Subversiva”, designações como doutrina, guerra, subversão, contrassubversão e insurreição ganham uma importância extra.

Desta forma e segundo a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), Doutrina é designada como princípios fundamentais pelos quais as forças militares guiam as suas ações para atingirem determinados objetivos. É autoritário mas exige julgamento na aplicação.

Por sua vez Guerra é um *“Ato de violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares”* (Couto, 1988, p.148).

Subversão segundo a NATO, é a ação destinada a enfraquecer uma nação tanto em aspetos militares, económicos como políticos, minando o moral, lealdade ou a confiança dos seus cidadãos. Desta forma as ações projetadas para detetar e neutralizar a subversão são designadas de contrassubversão. Por outro lado é um termo bastante utilizado mas que suscita alguma confusão será o de Insurreição, que apresenta diversas semelhanças com o termo Subversão, mas que no entanto caracteriza-se essencialmente por ser um movimento organizado com o objetivo de destronar um governo constituído usando para tal meios assimétricos e subversivos e também através de conflito armado.

Guerra Subversiva ou guerra Insurrecional, ou ainda outros termos demais utilizados, estão cada vez mais em voga na atual conjuntura. Embora bastante falados,

interessa para a compreensão desta investigação, fazer uma abordagem sumária a alguns termos que por sua vez podem suscitar dúvidas ou conclusões erradas.

Quando se fala de Guerra Subversiva, é quase que obrigatório, para uma melhor compreensão, aprofundar as suas origens, neste caso e segundo a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-09-00 Operações Não Convencionais, Guerra Subversiva enquadra-se dentro das atividades irregulares no conceito de Guerrilha, *“A Guerrilha é um processo de luta armada, elemento essencial como sistema de flagelação na Guerra Subversiva, mas também aplicável nas outras formas de guerra.”* (PDE 3-09-00, 2010, p.3 - 5).

Guerra Subversiva é portanto uma guerra que se desenrola no interior de determinado território, podendo ser apoiada pela sua população e por entidades externas à nação, contra as autoridades de direito ou entidades que sejam a fonte da qual emana o poder de forma consentida, com a finalidade de tomar esse referido poder ou apenas paralisá-lo (Estado Maior do Exército, 1963a).

Este tipo de guerra já não é recente. Desde a antiguidade que a guerra se fez contra exércitos e contra as populações onde os exércitos eram limitados a vários níveis. Este facto embora perceptível, como não era prática comum, nunca foi alvo de estudos aprofundados. Desde o período de 1914 a 1918, época da primeira Guerra Mundial até aos dias de hoje, essa linha de pensamentos alterou-se significativamente, levando ao aumento da importância nesta forma diferente de fazer a guerra e por conseguinte o estudo em seu torno. Foram vários os países que sentiram a necessidade de evoluir nesta forma de fazer a guerra, procurando adequar a doutrina à situação que se vivia. Desta feita, Portugal não se alienando às mutações da guerra, também sentiu essas necessidades (Estado Maior do Exército, 1963a).

4.2. Contextualização

Com o final da Segunda Guerra Mundial, os movimentos nacionalistas de libertação nos países colonizados, aumentaram fortemente, não sendo Angola, Moçambique e Guiné exceções. Desta forma, Salazar, demonstrou grande sensibilidade² e visão de futuro relativamente a esta vulnerabilidade que se fazia sentir nas então designadas províncias ultramarinas. Esta particular sensibilidade aparece dos conhecimentos já adquiridos pelas

² “Salazar foi particularmente sensível à vulnerabilidade das colónias portuguesas em África aos movimentos nacionalistas, e foi-o desde o final da Segunda Guerra Mundial. ” (Cann, 2005, p.59).

experiências de países aliados como o Reino Unido e França. As experiências britânicas tiveram início em 1946 com a Palestina e tiveram uma expansão significativa até à Malásia, Bornéu, Quênia e Chipre. Do lado dos franceses a guerra que se travava na Argélia e a guerra na Indochina foram os dois casos mais flagrantes que serviam muito bem como bons exemplos de experiência nesta “novo” tipo de guerra para Portugal (Cann, 2005).

A década de 50 estava a chegar ao fim, bem como as relações entre Portugal metrópole e as províncias ultramarinas. A partir de 1959 o Exército Português fez um esforço para se preparar para os já esperados desafios em África. O Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) e o Estado-Maior do Exército (EME), começaram o processo de angariação de informação bem como de disseminação de doutrina sobre guerra subversiva que culminou na criação dos cinco volumes denominados “O Exército na Guerra Subversiva” (Cann, 2005).

A partir de meados dos anos cinquenta, era evidente que a ameaça mais provável de acontecer a Portugal seria em território Africano e como tal era necessário uma completa reestruturação das organizações e doutrinas do Exército Português (Cann, 2005).

As várias reestruturações do Exército Português não avançavam e para além de reestruturar o Exército, era também necessário reestruturar o país (Pires, 2014).

Em 1955 vários países partidários da independência colonial exigiram a aprovação de uma resolução que reprovasse o colonialismo. Como resposta a esta resolução, Portugal alegou que não possuía colónias uma vez que todos os territórios que detinha, faziam parte de um estado unificado. Esta instabilidade que se vivia foi reforçada com a perda de colónias indianas, originada por um ato de guerra que Portugal não conseguiu evitar (Cann, 2005).

A partir de 1959, o Exército Português adotou várias medidas e esforços para fazer face aos desafios que se faziam prever em África. Como membro da NATO, Portugal passou a orientar-se pelas doutrinas e sistemas de organização da aliança que visavam a preparação de forças de defesa contra um conflito convencional ou nuclear na Europa, não se fazendo prever uma guerra subversiva (Cann, 2005).

4.3. Os Primeiros Indicadores

O Exército Português, assim como grande parte dos exércitos de potências colonizadores, tinham mais experiência em pequenas guerras, fruto das centenas de anos

de colonização, *“Portugal estava na África equatorial desde a década de 1480, o que, na véspera das guerras, somava mais de quatro séculos e meio, de longe muito mais tempo do que qualquer outra potência colonial”* (Cann, 2005, p.35). Assim, a experiência portuguesa em colonização era das mais consideráveis à data, o que foi facto preponderante para a fomentação das capacidades táticas e operacionais do seu exército.

As colonizações, como a história nos mostra, nem sempre foram pacíficas, a manutenção da posse das colónias também se demonstrava atribulada ao longo dos anos, havendo sempre insurreições, quer por grupos menos organizados, quer por grupos já com alguma sustentação política e económica. Exemplo disso, entre outras nações e coligações, foi o início da Guerra Fria, em que a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) utilizava meios assimétricos para atingir os seus fins, como por exemplo a estimulação do nacionalismo nas colónias africanas dos países europeus e através de movimentos místico religioso. Exemplo destes factos podem ser confirmados nos Anexos A – “Plano geral de ação anti subversiva em África” e no Anexo B – “Atividades subversivas no ultramar português: Angola, Guiné e Moçambique”.

Tanto os grupos insurgentes que se iam revelando ao longo dos tempos nas províncias ultramarinas, bem como com o fim da Primeira Guerra Mundial e as respetivas atividades assimétricas com o início da Guerra Fria, Salazar antecipou-se e suportando-se na má experiência de outros países, nomeadamente, França e Inglaterra, solicitou o envio de comissões à Argélia e Malásia (Reis, 2012).

As revoltas iniciadas em Angola, em 1961, bem como greves e conflitos noutras províncias, serviram como aviso a Portugal do tipo de conflito que se aproximava, sendo necessária a defesa das colónias. Estes movimentos, dotados de alguma organização, contavam com apoio externo, com o objetivo de aumentar as áreas de influência dos dois blocos oponentes da Guerra Fria (Serrão, 2011).

O fim da Segunda Guerra Mundial levou a uma divisão do mundo em dois blocos antagónicos com dois polos de poder. De um lado os Estados Unidos da América (EUA) e do outro a URSS. Este sistema caracterizava-se como bipolar, passando o Reino Unido para segundo plano, resultando num permanente estado de tensão entre estes dois blocos que ficou conhecido por Guerra Fria (Cann, 2005).

Neste contexto, a URSS, numa tentativa de enfraquecer o bloco Ocidental, decidiu apoiar todas as formas de insurreição que se viessem a desenvolver, de modo a enfraquecer e desgastar os EUA. Estes tipos de apoios foram utilizados nos teatros de operações de

Angola, Guiné e Moçambique, através de apoios financeiros à formação e armamento de forças insurgentes (Serrão, 2011).

A existência de possíveis ameaças à segurança dos territórios nacionais em África serviu de impulso para a implementação de medidas a desenvolver no Ultramar português, com o objetivo de impedir o surgimento da insurreição e de uma potencial ameaça que punha em causa a soberania portuguesa nos territórios ultramarinos (Serrão, 2011).

4.4. As Primeiras Iniciativas

Terminada a segunda Guerra Mundial, Portugal, do ponto de vista político e económico, saiu amplamente reforçado³, nomeadamente nas suas reservas de ouro⁴. A política em Portugal era regulada pela Constituição Política da Republica Portuguesa de 1933, assim, o império colonial foi incorporado na Constituição através do Ato Colonial, que representou uma iniciativa legislativa para centralizar política, administrativa e financeiramente a gestão das colónias. Como consequência, foi melhorada a ligação entre a Metrópole e os territórios ultramarinos, com base em trocas comerciais no espaço económico português, com maior proteção aos produtos portugueses e com forte controlo à industrialização das colónias (Serrão, 2011).

Entre 1945 e 1953, o Estado Português lançou um programa de investimentos vasto e para ser realizado de forma gradual. Foram também realizados investimentos ao nível da política de obras públicas, preparando as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento económico, nomeadamente no campo da indústria, e ao nível das comunicações e transportes (Cann, 2005).

Em Angola e Moçambique, no período entre 1949 e 1959, investiu-se também nos transportes, na agricultura, em barragens hidroelétricas e na exploração mineira de cobre e carvão. A refinação de açúcar aumentou 40% em Angola, a produção de álcool duplicou e os têxteis de algodão quadruplicaram. Verificou-se também um aumento da população

³ Apesar de não ter participado diretamente na guerra, Portugal manteve a soberania em todos os territórios ultramarinos e concedeu facilidades militares ao Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA) no arquipélago dos Açores, aproximando Portugal aos vencedores da guerra. O governo português assinou, ainda, em 7 de Maio de 1940, a Concordata com a Santa Sé, que acabava com mais de um século de conflitos entre a Igreja e o Estado Português. Desta forma, ficou consagrada a liberdade religiosa, a estrutura e organização missionária do Ultramar e a garantia do padroado do Oriente. Ferreira, João (2009).

⁴ No final da Segunda Guerra Mundial, o Banco de Portugal acumulava 18.725.039.809\$23. Aumentou ainda a circulação da moeda e as receitas do Estado subiram de 1.95 milhões de contos, em 1936, para 5 milhões de contos em 1946. Nogueira, (1981).

branca, principalmente devido a razões políticas, de modo a aumentar o interesse internacional pelos territórios portugueses, de modo a impedir o isolamento de Portugal perante a sua política ultramarina (Cann, 2005).

No entanto, apesar das diferenças ideológicas entre Portugal e o Ocidente, o Estado Novo não se colocou à margem do novo sistema económico ocidental do pós-guerra, acabando por assinar a convenção que criava a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) e solicitar um empréstimo da ordem dos 625 milhões de dólares, no final de 1948. Portugal conseguiu que as colónias fossem abrangidas nos programas de ajuda norte-americana e conseguiu importantes apoios financeiros (Serrão, 2011).

Em 1959 foi aprovado um novo plano para reforçar os territórios mais críticos como Guiné, Angola e Moçambique e manter as defesas em Macau, Índia e Timor. Em Cabo Verde e S. Tomé, não estava previsto qualquer reforço, pois não se esperava nenhuma ameaça a estes territórios (Pires, 2014).

A integração de Portugal na Associação Europeia do Comércio Livre/*European Free Trade Association* (AECL/EFTA), no Banco Mundial (BM) e no Fundo Monetário Internacional (FMI), representou a abertura de Portugal aos mercados externos. Esta abertura proporcionou o desenvolvimento de indústrias nos territórios ultramarinos, sustentado sobretudo por investimentos estrangeiros privados, nomeadamente da Bélgica, nas minas de diamantes, do Reino Unido, aplicado nos caminhos-de-ferro e dos EUA na exploração petrolífera. Este investimento somava, em 1961, cerca de 15% do capital fixo bruto do Ultramar, o que tornava as possessões ultramarinas economicamente viáveis, e aumentou para quase 25%, em 1966 (Cann, 2005).

Apesar do ambiente de tensão no sistema internacional, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) pretendia inaugurar uma nova época de paz e convivência entre os povos e a implantação de regimes democráticos. Com a aprovação da declaração universal dos direitos do homem e consequente direito ao voto, independentemente das condições, emergiu inevitavelmente o anticolonialismo, que levou à afirmação dos vários povos das colónias. Assistiu-se assim ao início da crise do sistema colonial português, materializado com a independência da Índia e Paquistão, em 1947, acelerando a retirada das soberanias coloniais de África (Serrão, 2011).

Quando em 1949, surgiu a possibilidade de Portugal pertencer à NATO, “*A entrada de Portugal na NATO em 1949, encarada com fortes reservas pelo País, pois teme-se a maior dependência em relação aos EUA que ela representa e as consequências em relação a África. É no entanto a única forma de conseguir a modernização das Forças Armadas*”

(Sequeira, 1999, p.43), Salazar era algo reticente, mas os seus órgãos de apoio, nomeadamente os Chefes dos Ramos e o Brigadeiro Santos Costa, Ministro da Defesa à data, eram fortemente a favor dessa junção. Essa vontade era justificada com a oportunidade única de modernizar as Forças Armadas e de manter uma nova geração de Oficiais focados na evolução e modernização das forças, e serviria também para manter a sobrevivência do regime (Reis, 2007).

Durante a década de 50, foram tomadas algumas iniciativas, com o objetivo de preparar a formulação de doutrina. Decorria o ano de 1953, quando o IAEM realizou um curso com a duração de 8 semanas e com um efetivo de 53 oficiais com a designação de “Curso de Estado-Maior de Pequenas Unidades” (Reis, 2007).

Este curso tinha como finalidade a preparação de oficiais para funções de Estado-Maior em Batalhões e Regimentos, sendo portanto uma novidade no Exército Português. Este curso não tinha como única visão a Guerra Subversiva, no entanto, veio-se a verificar a sua importância durante as campanhas em África (Cann, 2005).

As 2^a e 3^a Regiões Aéreas (Angola e Moçambique), foram criadas em 1956. No seguinte ano foram também criados os Comandos Navais das duas Províncias, levando a um possível empenhamento da Força Aérea e da Marinha em África. A partir de 1958 intensificou-se o envio de oficiais portugueses para o estrangeiro, de modo a frequentarem diversos cursos (Cann, 2005).

A doutrina britânica no âmbito de utilização da força teve grande influência no Exército Português, de modo a que se encontrasse uma forma pouco dispendiosa e eficaz de lidar com a situação em África. A política nacional portuguesa era assim uma política de sobrevivência e resistência (Serrão, 2011).

Capítulo 5

Caracterização da Denominada “Guerra Subversiva”

5.1. Origens

A conjuntura mundial, no pós segunda guerra mundial, como já referido, era bipolar e um confronto direto entre estes dois “polos”, *“despojando o mundo ocidental da posse dos países coloniais, reduzimos os lucros do capitalismo, diminuindo o nível de vida das massas trabalhadoras e criando assim a situação necessária para movimentos revolucionários. Em termos mais militares, não sendo possível o ataque contra a Europa, é preciso adotar uma manobra envolvente através da Ásia e da África.”* (Estaline, cit in, Oliveira, 1961, p.37), não seria de todo aceitável e sustentável para nenhuma das partes. Desta forma as políticas militares comunistas visavam a conquista mundial, mas de forma indireta, *“O caminho de Paris e de Londres passa por Pequim e pela África”* .” (Lenine, cit. in, Oliveira, 1961, p.37). Este pensamento Comunista, veio-se aplicando no decorrer da Guerra Fria, com as nações colonizadoras ocidentais, a envolverem-se em conflitos com as suas colónias.

No decorrer do ano de 1958 prolongando-se para o ano de 1959, 5 oficiais foram enviados para o *Intelligence centre* do Exército Britânico, com o intuito de frequentarem os cursos de informações na *Military Intelligence Scholl*. Tendo o Exército britânico experiência em guerra subversiva, os cursos lá ministrados tinham portanto a mesma índole. Da mesma forma, mas desta feita na Argélia, 6 oficiais foram enviados em missão, passando quinze dias no *Centre d’ Instrucion de Pacification et Contre-Guerrilla*, (Centro de Instrução de Pacificação e Contra-Guerrilha), onde juntamente com 200 oficiais franceses realizaram um estágio de instrução. Após este estágio, em grupos de dois, estes 6 oficiais, foram enviados para junto dos 3 Corpos de Exército estacionados na Argélia durante um mês (Cann, 2005).

Em 1960 o Major Artur Henrique Nunes da Silva, regressou a Portugal vindo então da *École Supérieure de Guerre* (Escola Superior de Guerra) de Paris onde tinha

frequentado o curso de dois anos. Regressado, foi colocado a ministrar o Curso de Estado-Maior no IAEM (Instituto de Altos Estudos Militares) começando a trabalhar na produção de uma manual que permitisse a Portugal adaptar-se à guerra subversiva. O Major Silva, ao fim de três anos com ajuda de antigos alunos do IAEM produziu o Guia “O Exército na Guerra Subversiva”, que viria a ser revisto no ano de 1966 (Cann, 2005).

5.2. Generalidades

5.2.1. Subversão⁵

A subversão propriamente dita, pode ser dividida por 5 fases, no entanto e como já foi referido anteriormente, a subversão nem sempre leva à guerra subversiva. Este facto, leva a que se possa englobar essas 5 em outras duas maiores. As 5 fases esquematicamente podem ser designadas da seguinte forma: 1ª Preparação da subversão (fase preparatória); 2ª Criação do ambiente subversivo (fase da agitação); 3ª Consolidação da organização subversiva (fase do terrorismo e da guerrilha); 4ª Criação de “bases” e de forças pseudo-regulares (Estado subversivo); por fim a 5ª Insurreição geral (fase final da guerra). Englobando então estas 5 fases em outras duas maiores, considerar-se-ia a fase I como a fase pré-insurrecional, contendo a 1ª, 2ª e 3ª fases e a fase II, ou fase insurrecional que iria englobar as restantes duas fases.

Desta forma, a 1ª fase (fase preparatória), pode-se considerar como sendo a altura em que tudo é segredo, fase em que a manobra é estudada e planeada. Nesta fase é quando se recorre às informações tendo como objetivo a escolha de ideias a disseminar como forma de justificação da subversão. Estas ideias a disseminar têm como objetivo despertar os sentimentos das populações contra as autoridades locais.

Ao se passar para a 2ª fase (fase da agitação), a clandestinidade ainda é uma premissa a ser levada em conta, no entanto, os resultados começam a ser visíveis e então começa-se a abandonar o estado de segredo/clandestinidade. A ideia de revolução ou levantamento populacional, tem que ver com a propaganda criada na 1ª fase, com objetivo de conseguir angariar “votos” na população neutra e de fomentar o moral entre os

⁵ O Exército na Guerra Subversiva, Vol. I, Capítulo I, 11-15.

apoiantes do movimento subversivo. Esta fase tem também o propósito de começar a criar roturas no Poder instituído e tornar mais frágeis as suas forças, levando aqueles que apoiam o movimento bem como a população neutra à conversão, transformando em agressão aos que são considerados responsáveis pela situação da nação. Os objetivos maiores desta fase são a criação de um clima de medo, por forma a desacreditar a autoridade e a criação de uma rutura social.

Na 3ª fase (fase do terrorismo e da guerrilha), entra-se na fase insurrecional, fase onde se intensificam ações violentas, onde os bandos armados iniciam a sua atividade. Esta fase é considerada de fase decisiva, pois o desequilíbrio populacional é produzido a favor da subversão. O controlo territorial torna-se portanto cada vez mais difícil e complexo, passando em certos casos para as organizações subversivas.

Posto isto a subversão entra na 4ª fase (estado subversivo), que se caracteriza pelas zonas territoriais em que o poder local é tomado pelas forças pseudo-regulares, dando lugar ao estabelecimento das bases para um governo rebelde e assim surgem os “Estados subversivos”. *“Esta fase caracteriza-se bem através de exemplos nas províncias ultramarinas portuguesas, na Guiné, “...o PAIGC⁶ declara a área como “zona libertada.””* (Cann, 2005, p.86).

Por fim a 5ª fase (fase final da guerra) e última, onde se aciona um exército, que a partir das bases criadas, irá tentar dominar todo o território, expelindo o poder instituído. Assim, as autoridades locais, terão que aumentar os seus esforços de forma proporcional à fase de subversão em que o território se encontrar.

A subversão, apresenta três formas de ação, sendo elas as ações clandestinas e a montagem de organizações político-administrativas para enquadrar as populações na totalidade do território e assim subverter o sistema. As ações psicológicas, que visam agir sobre o moral e mentalidade de todos os indivíduos e instituições do território e fora dele, para aumentar o nível de influência e sentimentos a favor da sua causa. Por último, as ações violentas que podem ser levadas avante através da população com greves e reuniões clandestinas, através de atos terroristas e por elementos que apresentem uma organização mínima no âmbito militar levando à execução de operações de guerrilha.

Estas três formas de ação da subversão, são bastante diferentes, mas trabalham em prole do mesmo objetivo, a tomada do poder. Em primeira instância, não existem atos violentos, mas a sua ação pode resultar em violência através do confronto entre as

⁶ *“Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.”* (Cann, 2005, p.29).

autoridades locais e os membros clandestinos. Relativamente ao terrorismo, e aí sim a violência já está presente, têm como objetivo primário a criação de medo nas populações, levando ao apoio “obrigatório” das mesmas e ainda pode servir para eliminar indivíduos que pelas funções que exercem podem complicar o desenrolar da subversão. As ações violentas por bandos armados ou guerrilhas, é o continuar da violência, pois aqui existem confrontos diretos entre as forças da autoridade local e estes mesmos bandos ou guerrilhas.

5.2.2. Luta Contra a Subversão⁷

Tendo sido caracterizado no subcapítulo anterior as fases da subversão, interessa portanto caracterizar, o “outro lado”, a forma como se pode lutar contra a subversão. A contra subversão, em primeira instância guia-se por princípios e que o primeiro será o de deixar bem definido o objetivo da contra subversão, que é uma luta pela população e não contra a população. Este princípio é de todos aquele que carece de especial atenção, sendo crítico pelas suas características. Se anteriormente foi referido que a subversão só “sobrevive” com o apoio da população, a contra subversão também, e todas as ações que contra a população sejam feitas, trarão o insucesso garantidamente.

O segundo princípio da luta de contra subversão, visa o emprego de forças similares às da subversão e não ao emprego de forças regulares. Ou seja, as forças de contra subversão terão que apresentar e difundir ideias base, justificando-as por forma a conseguir por em causa as ideias das forças de subversão e contrariar assim a propaganda subversiva.

Como terceiro princípio e consequência dos anteriores, este não visa o uso estrito das forças militares contra o verdadeiro inimigo, a componente militar é apenas uma pequena parte em toda a luta de contra subversão. O objetivo do terceiro princípio é o de empregar os anteriores dois princípios, é ter a população sempre como primeiro alvo da luta, através de apoio e assistência médica, alimentação e justiça.

Por fim o quarto princípio, o conhecimento pormenorizado da população, desde raças, línguas, religiões e todos os aspetos etnográficos que se consigam obter informações. Estas preocupações serão aos mais altos escalões políticos, sendo o meio militar a forma de conseguir os objetivos políticos.

⁷ O Exército na Guerra Subversiva, Vol. I, Capítulo II, 1-15.

5.2.3. Finalidades e Formas⁸

Com os princípios gerais extrapolados anteriormente, as finalidades e formas de ação da contra subversão ganham outra relevância. Assim existem dois aspectos díspares na luta contra a subversão, que são eles: evitar a subversão, isto quando ainda não existem perturbações graves da ordem; e através da repressão da mesma, ou seja reprimir automaticamente logo que se iniciem ações violentas.

Desta forma e em qualquer caso, a luta contra a subversão apresenta três finalidades: em primeira instância o conservar e/ou reconquistar o apoio da população; manter ou restabelecer o controlo territorial aos níveis afetados pela subversão; alcançar apoio internacional dos dirigentes dos diversos países.

Voltando ainda ao aspeto de evitar a subversão, esta medida só é tomada antes de se iniciarem confrontos de carácter violento. Evitar a subversão enquanto for possível, consiste em evitar que a população se deixe influenciar pelos agentes subversivos e destruindo as organizações político-administrativas da subversão. Estes dois aspetos serão alcançados através de ações psicológicas, demonstrando que a propaganda subversiva não tem fundamento, através da defesa da população e dos seus bens bem como das instituições e serviços da nação. Outra forma de evitar a subversão, será o estabelecimento de medidas que ajudem a manter um clima de conforto e de prosperidade na nação, como o controle de abastecimentos, recolher obrigatório, controle de armas, entre outros da mesma índole.

Quando os níveis de ameaça aumentam, levando ao início de confrontos e respetiva violência, exige-se a conquista de três objetivos, que são eles a reconversão da população, a destruição das organizações subversivas e a destruição das forças militares (bandos armados e guerrilheiros).

5.3. Operações militares

No âmbito das operações militares, estas devem ser o garante da liberdade de ação, “...abordam-se princípios gerais no emprego das forças, tipificam-se missões e detalham-se as táticas adaptadas ao ambiente operacional” (Pires, 2014, p.189) tanto política, governativa, como administrativa.

⁸ O Exército na Guerra Subversiva, Vol. I, Capítulo II, 1-15.

5.3.1. Inimigo⁹

Anteriormente referido, o inimigo na subversão apresenta-se genericamente de três formas, em bandos armados, em guerrilhas e em forças pseudo-regulares. No entanto só será feita referência aos bandos armados e às guerrilhas, visto que as forças pseudo-armadas, na realidade são de facto forças regulares na sua organização, equipamento e forma de combater, sendo designadas de pseudo-regulares apenas por estarem subordinadas a comandos ou governos que não são politicamente reconhecidos.

Os bandos armados consideram-se como uma fase embrionária das guerrilhas, em que a sua organização é menos pormenorizada a vários níveis como por exemplo, armamento, disciplina e equipamento. Desta forma, as guerrilhas são caracterizadas como clandestinas, de carácter local, com forte mobilidade e rusticidade. É de salientar, que durante toda a ação subversiva, a população é o elemento “chave” tanto para os bandos armados como para as guerrilhas e que também irão influenciar as suas formas de atuação. As guerrilhas têm uma forma particular de atuação e que se baseia em dois princípios gerais, o manter a agressividade constante e o de se escolher meticulosamente os locais de atuação, por forma a manterem a iniciativa, obterem surpresa e garantirem a superioridade local. As ações agressivas mantêm-se através de ações diversas como ações terroristas, golpes de mão, ações de flagelação. Por outro lado, as guerrilhas põem em prática procedimentos que visam nunca deixar as forças de contrassubversão com a iniciativa, através de operações retardatárias, perseguições e flagelação. As guerrilhas sendo apenas uma componente da subversão, não procuram o combate decisivo, mesmo contra forças iguais ou inferiores, mas procuram sim o desgaste físico e moral das forças militares de contra subversão. Desta forma consegue-se perceber que os guerrilheiros têm características próprias, como uma robustez assinalável, grande iniciativa, boa capacidade de orientação e, quer seja de forma consciente ou de forma fanática, estão convencidos que a causa que apoiam é a causa a defender, demonstrando assim grande espírito de sacrifício e disciplina, que lhes permitirá combater e estar sujeitos a privações várias que este tipo de conflito exige.

Embora as guerrilhas apresentem uma estrutura volátil, são de grande eficácia e cumprem com os desígnios para as quais foram formadas. Ainda que sejam de grande

⁹ O Exército na Guerra Subversiva, Vol. II, Capítulo I, 1-23.

eficácia as guerrilhas apresentam vulnerabilidade, que assentam essencialmente na extrema dependência populacional, falta de disciplina e na fraqueza de meios que dispõem.

5.3.2. Terreno¹⁰

O terreno, em qualquer tipo de operação e para qualquer força, é um dos fatores mais importantes para o sucesso da missão, assim e não sendo os bandos armados e as guerrilhas exceção, o terreno é bastante importante. No caso dos bandos armados e das guerrilhas, a escolha do terreno não é estanque, as operações de subversão podem ser levadas avante em qualquer terreno, no entanto existem terrenos que melhor se adequam às suas características. Preferencialmente, as forças subversivas atuam em lugares montanhosos, pantanosos, desérticos e densamente arborizados, aumentando o nível de dificuldade das forças de contra subversão. Embora neste tipo de terrenos a densidade populacional seja reduzida e por vezes nula, a existência de núcleos populacionais não hostis podem fortalecer ainda mais as forças de subversão, que neles se apoiam nesses núcleos, para aumentar os níveis de subversão e também para reorganizar e reequipar as forças caso haja necessidade do mesmo.

O terreno montanhoso, pelas formas de relevo discrepantes que apresenta, vai dificultar a mobilidade e por em risco, no caso dos desfiladeiros, as forças de contra subversão. É ainda um terreno que não permite o uso de blindados e que reduz o movimento da infantaria. Nos casos dos terrenos desérticos, pantanosos e densamente arborizados, apresentam dificuldades semelhantes às forças de contra subversão, desde dificuldades de comunicação e pontos de referência.

5.3.3. Forças a Empregar¹¹

A tática convencional, no âmbito da contra subversão, terá de ser modificada, pois conhecidas as características das guerrilhas e as suas formas de atuar, a tática a utilizar pelas forças da contra subversão no âmbito da contra guerrilha terá de se alterar. Este tipo de confrontos, não se caracterizam como convencionais e/ou regulares, não havendo um

¹⁰ O Exército na Guerra Subversiva, Vol. II, Capítulo II, 1-19.

¹¹ O Exército na Guerra Subversiva, Vol. III, Capítulo II, 1-31.

inimigo à retaguarda de uma linha de contacto bem definida, o inimigo pode-se encontrar por todo o lado e atacar por qualquer parte. Assim o papel da contra guerrilha terá de ser em tudo idêntico ao da guerrilha, com pequenas unidades móveis capazes de atuar em terrenos difíceis.

No que se refere à organização, as forças da contrassubversão terão de apresentar portanto, grande dispersão de forças, conhecimento do meio aos níveis da população e terreno e uma descentralização do sistema logístico capaz de satisfazer as necessidades. Ainda mencionando aspetos organizativos, ao nível das armas, equipamentos, fardamentos e instrução, devem ser sempre adaptados ao meio que este tipo de conflito exige.

5.3.4. Instalação de Forças e Conduta das Operações¹²

Ao nível político, são definidas as linhas gerais da forma como se conduzirá a luta de contra subversão, tendo em conta inúmeros aspetos, desde, económicos, psicológicos, sociais e outros que já foram referidos anteriormente. No âmbito militar, que é apenas um dos meios que se utiliza na guerra de contra subversão, existe um comando militar para o território em causa e que naturalmente terá que fazer o seu estudo de situação para conseguir empregar as forças da melhor forma. Este estudo militar, de forma abrangente, terá que ter especialmente em conta a população e o terreno. A população porque tanto para as forças da subversão como para as forças da contra subversão, é o fator que mais faz pender a “balança” neste tipo de conflitos. Por sua vez os recursos são também fator preponderante para ambas as partes, sendo a água e os víveres vitais para que as forças possam combater com os mínimos de sobrevivência, visto que neste tipo de guerra, o tipo de logística descentralizada, acarreta como consequência negativa, situações de carência alimentar, que terão de ser colmatadas com o que se possa encontrar no terreno.

Neste tipo de estudo militar, os meios a utilizar são também vitais, sendo uma guerra não convencional, cada operação a realizar, pode divergir em muito de outras que já se tenham realizado, quer por motivos meteorológicos, de relevo ou mesmo dos objetivos da missão, acrescentando ainda o facto de as forças de contrassubversão atuarem dispersas do Comando, em grupos reduzidos relativamente aos das forças convencionais, ou seja, menos capacidade logística assegurada. Esta escassez de recursos e meios, faz com que a

¹² O Exército na Guerra Subversiva, Vol. III, Capítulo IV, 1-46.

pacificação territorial tenha de ser feita parcelar e progressiva. Parcelarmente para que, quando se passar para outra zona, haja garantia que a zona anterior tenha ficado livre de qualquer indício de subversão. Progressivamente, através da passagem pelas cinco fases referidas anteriormente.

Os efetivos a utilizar, as missões a atribuir e a finalidade da missão, vêm também prescritas no estudo militar, sendo os efetivos dependentes de vários aspetos, como por exemplo as forças disponíveis e a superfície a guarnecer. Já no âmbito das missões a serem atribuídas podem variar entre missões estritamente militares ou missões no âmbito da ação psicossocial. As finalidades das missões, são também diversas no entanto, garantir a defesa de populações e vias de comunicação, hostilização do inimigo ou expulsão e aprisionamento dos elementos inimigos, constituem-se como as principais finalidades.

Como se tem vindo a referir ao longo do capítulo, no âmbito da articulação e dispositivo das forças, estas não são semelhantes aos das forças convencionais, pois as forças envolvidas encontram-se misturadas e o problema será a conquista da população.

As forças de quadrícula¹³, são forças dispersas pelo território a pacificar, com sedes instaladas nos pontos importantes com a finalidade de guarnecer esse território e de manter o contacto com as populações. Estas forças de quadrícula¹⁴ surgem na necessidade de instalação em território por pacificar e com setores a defender rigorosamente definidos.

Este sistema de forças compreende ainda as unidades de intervenção (Comandos, Forças Especiais, Caçadores, Reconhecimento, Fuzileiros e Paraquedistas) à ordem do Comandante-chefe (CC) do TO, e unidades de apoio de fogos, normalmente integradas nos batalhões e na dependência direta do respetivo Comando de Sector. Este dispositivo deve ser complementado com um sistema de informações integrado e coordenado, factor chave para o sucesso das operações e de importância vital em ambiente subversivo, dada a fluidez do inimigo e a sua forma de atuação. As unidades de quadrícula apresentam no entanto algumas debilidades, como não conseguirem estar em toda a parte, para assegurar a procura sistemática dos elementos rebeldes e destruição nas zonas de refúgio, onde a quadrícula seja mais limitada. Esta debilidade das unidades de quadrícula só poderá então ser colmatada pelas forças de intervenção, através de ações ofensivas de procura e aniquilamento dos bandos e guerrilhas. Embora haja diferenciação nas missões das unidades de quadrícula e nas unidades de intervenção, não corresponde à existência de dois

¹³ Verificar Anexo D – Dispositivo de Forças em Quadrícula.

¹⁴ “A finalidade do desdobramento das unidades de quadrícula é estabelecer uma quadrícula de tropas de modo que a população e os grupos políticos da contra subversão sejam razoavelmente bem protegidos.” (Galula, 1963, p.129).

escalões distintos, estas duas unidades encontram-se integradas num único conjunto de forças, escalonadas nos sucessivos comandos já referidos. No caso das unidades de intervenção, estas podem ser dadas de reforço, no todo ou em parte às unidades subordinadas, ser empregues sob ordens diretas do comando a que pertencem e transferidas para o comando superior com a finalidade de virem a fazer parte de agrupamentos de intervenção com maiores efetivos.

Desta forma, as missões que se podem atribuir às unidades de quadrícula, resumem-se à defesa de pontos sensíveis; estabelecimento de postos militares; proteção de itinerários, pesquisa de notícias sobre o inimigo, terreno e população; ações psicológicas sobre o inimigo; e hostilizar o inimigo dentro do possível. Referentemente às unidades de intervenção as suas missões são mais escassas mas também de grande importância, são elas, socorrer outras unidades, povoações e instalações; procurar o inimigo e hostilizá-lo; e executar operações ofensivas contra elementos rebeldes referenciados e contra as suas instalações.

5.3.5. Informação e contrainformação¹⁵

Na luta contra a subversão, as informações e a contrainformação são mais um dos aspetos vitais para o sucesso. A importância das informações é levada ao extremo, pois o inimigo que se depara, atua numa fase inicial de forma clandestina, descaracterizado e disseminado na população. Desta forma, importa traçar um plano de ação extremamente bem estruturado e contínuo, *“Conduzir operações de contraguerrilha sem dispor de informações seguras, constitui desperdício de tempo, de material e de esforço de tropas.”* ((Estado Maior do Exército, 1963b, Cap.V, p.3). A contrainformação, por sua vez, é caracterizada por um conjunto de medidas de segurança que visa diminuir o conhecimento do inimigo de todos os aspetos que caracterizam as forças de contra subversão. Embora se esteja a falar de duas tarefas diferentes, é da responsabilidade do Comando, que as atividades de pesquisa de notícias sejam coordenadas com as medidas de contrainformação. Desta feita, as informações a pesquisar deverão referir-se essencialmente ao inimigo e ao meio onde se desenrola o conflito. As origens das notícias são diversas, no entanto destacam-se algumas de maior relevância, como a população,

¹⁵ O Exército na Guerra Subversiva, Vol. II, Capítulo V, 1-16.

elementos descontentes do movimento subversivo, documentos capturados e as transmissões inimigas e para essa tarefa, para além das forças militares, são executadas patrulhas de reconhecimento, autoridades civis e agentes especiais para a obtenção de informações.

5.3.6. Operações das Pequenas Unidades¹⁶

Assim como exposto anteriormente, as missões das forças de contra subversão, são variadas, mas tendo sempre em conta a população como auxílio e não como alvo no apoio à guerra subversiva. Deste modo, as missões das pequenas unidades das forças militares numa guerra subversiva, segundo “O Exército na Guerra Subversiva”, esquematicamente são: Defesa de posto sensíveis; proteção de itinerários; patrulhamento; limpeza de zona; limpeza de povoação; golpe de mão; emboscada.

Obtêm a designação de pontos sensíveis¹⁷, as povoações e instalações importantes, bem como pontos vitais das vias de comunicação que, sob posse do inimigo, constituem clara vantagem no decorrer da guerra subversiva. Exemplos de pontos sensíveis são portanto, instalações de maior interesse político, pontos vitais de comunicação e povoações com necessidade de proteção das forças de subversão.

Anteriormente referido, uma das missões das forças de contrassubversão, seria a de garantir a liberdade de circulação nas vias de comunicação, mais especificamente neste caso, a proteção de itinerários. A proteção de itinerários poderá ser conseguida através da proteção de caminhos-de-ferro, segurança imediata das colunas, escolta de colunas e vigilância móvel.

O patrulhamento é uma ação que se desenrola, tanto em operações convencionais como em ações de guerra subversiva. No entanto, no âmbito da guerra subversiva, estas ações de patrulhamento carecem de uma especial atenção, por todos os fatores evidenciados anteriormente, devido à ligação extrema que se terá de ter com a população e o cuidado a ter com as forças subversivas, que se encontram camufladas e clandestinas por todo o território. Desta forma as patrulhas terão de explicar meticulosamente, a sua constituição, material necessário, itinerários e formas de progressão, ações a executar,

¹⁶ O Exército na Guerra Subversiva, Vol. II, Capítulo I – VII.

¹⁷ Verificar exemplo de ponto sensível no ANEXO C – Operações das pequenas unidades, Fig. 2 - Defesa de uma povoação.

coordenações e tipos de reações ao contacto inimigo. As patrulhas, conforme a missão podem obter outra designação, como é o caso das patrulhas de nomadização, que se caracterizam por uma atuação discreta durante algum tempo, fora das zonas guarnecidas e onde a presença de rebeldes seja conhecida.

Das operações que as pequenas unidades podem executar, referidas até agora, ainda falta caracterizar as limpezas de zona, golpe de mão e a emboscada, que por sua vez irão ser caracterizadas em simultâneo, visto que são intimamente relacionadas na forma ofensiva como são concebidas. Relativamente à limpeza de zona, esta segundo “O Exército na Guerra Subversiva” designa-se por, “... *operação ofensiva, executada contra uma povoação de dimensões relativamente pequenas onde se sabe da existência de numerosos elementos rebeldes.*” ((Estado Maior do Exército, 1963b, Cap V, p.1). Este tipo de operação compreende várias finalidades, sendo elas, captura, apreensão, destruição e intimidação, através do estabelecimento de um cerco e seguidamente de uma atuação no interior da povoação.

No que confere ao golpe de mão, este caracteriza-se por ser uma operação ofensiva, como referido anteriormente, mas com um coeficiente de surpresa maior do que a limpeza de zona, e este golpe de mão tem por objetivo primordial, ser contra elementos subversivos e as suas instalações desde que estacionados. Assim as suas finalidades são as de aniquilação, destruição e a colheita de informações. Estes golpes de mão diferem essencialmente dos golpes de mão das forças convencionais, no sentido em que não terão de efetuar uma retirada subsequente, visto não se perspetivar uma reação forte por parte do inimigo. A emboscada, assemelha-se em tudo ao golpe de mão, no que concerne ao sigilo e máxima surpresa, bem como as suas finalidades. Entre estes dois últimos modos de operar, a diferença fundamental recai no modo de aproximação inimigo, sendo no caso da emboscada, montado um dispositivo, numa “zona de morte”, ou seja a emboscada será deflagrada contra alvos subversivos em movimento.

5.4. Ação psicológica¹⁸

As ações psicológicas, consistem na aplicação de várias medidas, distintas com o objetivo de influenciar opiniões, sentimentos e crenças. Estas ações psicológicas têm como alvos a população, o inimigo e também as nossas próprias tropas.

Relativamente aos campos da ação psicológica, numa guerra subversiva a opinião da população é fundamental. Todas as ações quer subversivas quer contrassubversivas têm a população como alvo. Desta forma a ação psicológica no exército reside em três campos, a população, o adversário e as próprias tropas. Para uma ação psicológica ordenada é necessário estabelecer um vasto programa de ação, que por sua vez deverá oferecer às massas um “futuro”. Assim, a propaganda, contra propaganda e a informação são as formas mais comuns de ação psicológica. Estas formas de ação psicológica são executadas através de processos auditivos, processos visuais e processos mistos. Para que estes processos sejam eficazes terão de haver um número de oficiais suficiente com a devida formação em ação psicológica. Começando nos escalões mais elevados, torna-se necessário a existência de repartições ou secções de ação psicológica, nomeadamente nos Quartéis-generais. No caso das Unidades, no mínimo escalão batalhão, deverá existir pelo menos um oficial de ação psicológica. Para que toda a ação psicológica possa decorrer de forma a beneficiar a conduta de contrassubversão, é ainda essencial um planeamento da ação social, planeamento onde conste informações sobre o meio humano, estudo de situação e informações psicológicas. O planeamento da ação psicológica terá tanto ou mais relevo que se estiver a ser posto em prática em conjunto com uma ação social capaz, ação social que permita apoio sanitário ou mesmo religioso à população.

5.5. Apoio às Autoridades Cíveis¹⁹ e Administração²⁰

Neste subcapítulo, o apoio às autoridades cíveis, refere-se à capacidade que o Exército e os outros ramos das Forças Armadas têm, para apoiar as autoridades já estabelecidas no território. Esse apoio a fornecer, é o garante do livre exercício de funções pelas autoridades locais, a salvaguarda das pessoas e dos bens e o funcionamento das

¹⁸ O Exército na Guerra Subversiva, Vol. III, Capítulo I – VII.

¹⁹ O Exército na Guerra Subversiva, Vol. IV, Capítulo I – IV.

²⁰ O Exército na Guerra Subversiva, Vol. V, Capítulo I – III.

instituições e dos serviços. Assim, as forças militares podem atuar no âmbito da manutenção e restabelecimento da ordem, embora esta tarefa seja das forças locais. Neste tipo de conflito, e no âmbito do apoio às autoridades civis, o controle da população é fundamental, sabendo que os agentes subversivos se encontram dissimulados no meio da população, interessa que esta seja o mais clara possível, interessa conseguir que a população seja controlada em vários aspetos, para que se consigam isolar as forças de subversão. Desta forma o controle da população apresenta duas finalidades, a primeira de impedir que a propaganda inimiga se enraíze na população e a segunda conseguir a reconversão da mesma. Este controle é conseguido de várias formas, como, o recenseamento da população, enquadramento da população, controle da informação pública, controle de abastecimentos, imposição de recolher obrigatório entre outras medidas da mesma índole.

No âmbito administrativo, o objetivo será a obtenção máxima do potencial humano, através de registos e relatórios, completamentos, justiça e disciplina, pessoal capturado, funerais e registos de sepulturas, moral e bem-estar e normas de processo civil. Já em termos logísticos, este tipo de guerra, carece de um apoio especial, devido à sua natureza descentralizada e grande dispersão territorial. Esta natureza de descentralização, exige que os abastecimentos sejam executados num elevado grau de disciplina e segurança.

Capítulo 6

As Influências Britânicas e Francesas

6.1. Reino Unido (RU)

Desde os finais da Segunda Guerra Mundial, que os britânicos estiveram envolvidos em mais do que uma guerra, demonstrando assim, a longa experiência que desde então vinham a acumular. Destes conflitos, os da Malásia e do Quênia classificaram-se como guerras não convencionais, mais propriamente conflitos com orientações militares de contrassubversão. Este capítulo tem três finalidades, sendo a primeira o de demonstrar como a doutrina militar britânica evolui entre 1945 e 1975. A segunda finalidade prende-se com a exemplificação de conflitos ocorridos no período de tempo mencionado entre o Reino Unido e as suas colónias. Como última finalidade, pretende-se demonstrar de que forma “O Exército na Guerra Subversiva”, doutrina miliar de contra subversão portuguesa foi influenciada pelas experiências britânicas (Reis, 2007).

6.1.1. Evolução da Doutrina Britânica

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Exército britânico estava necessitado de nova doutrina, novas técnicas, táticas e procedimentos, que ficaram ao encargo da Direção de Formação do Exército. A reforma do sistema, teve a supervisão do *Chief Of the General Staff* (CIGS) ou Chefe de Estado-Maior General, o General Templer. À data, a ideia era a produção de cinco manuais e que em um deles retratasse a guerra em vários tipos de países subdesenvolvidos, mencionando assuntos relativos a montanha, selva e deserto. Tendo apenas em 1969 surgido a primeira publicação britânica sobre operações contrarrevolucionárias, nunca surgiu uma explicação para esse facto, tendo a Grã Bretanha entrado em confrontos de contrassubversão nos Teatros da Malásia (1948-1960) e Quênia (1952-1960). Desta forma, só uma justificação havia, a dinâmica de mudança ser algo

pouco simples e quem controla a criação e produção de doutrina não a considerar vital. (Reis, 2007)

A descolonização britânica pode-se observar através de dois prismas diferentes, um primeiro em que a descolonização revela falta de conexão entre as Forças Armadas britânicas e a Grande Estratégia levando a encarar as mais altas entidades britânicas como “céticas” nos assuntos de contrassubversão. Por outro lado, encarava-se a descolonização britânica como um “puzzle” ao invés de ser encarada como um padrão, justificando-se esta metáfora através da falta de clarividência no desenvolvimento de doutrina de contrassubversão como veio a acontecer nos Exércitos Franceses e Português. Uma alternativa de pensamentos também surgiu, a de que haveria uma visão estratégica, derivada dos meios civis com o objetivo de preservar o poder económico britânico. Exemplo da visão estratégica, era a Malásia que em 1952 representava um terço dos ganhos da Libra Esterlina, do qual a estabilidade monetária britânica dependia (Reis, 2007).

No Extremo Oriente, o seu Comissário, deixou bem claro que uma das prioridades da contrassubversão na Malásia seria a de manter a estabilidade económica da nação através de uma doutrina de contrassubversão desenvolvida nesse território, com o objetivo de manter a estabilidade económica através do controlo de géneros alimentares, negado aos insurgentes e com o controlo de bens de exportação, que tentavam ser negados ao governo por parte dos insurgentes (Reis, 2007).

Em meados dos anos 50, outras prioridades se levantavam, os sucessivos governos à data, tinham como objetivos a recuperação dos problemas financeiros e económicos que se vinham a agravar desde o início do século, causados essencialmente pelos conflitos militares em que se tinham envolvido e que ainda perduravam, tendo como meta para corrigir esses problemas económicos e financeiros, os cortes em gastos com a Defesa, essencialmente no exterior. Em 1957 o Ministro da Defesa Duncan Sandys, foi muito claro com a estratégia de austeridade, justificando-a através de razões óbvias. Essas razões prendiam-se no facto de a Grã-Bretanha depender do comércio e assim dependia da situação económica do mundo. Se a sua situação económica interna e o seu comércio fossem saudáveis, caso contrário o poder militar a longo prazo também não poderia ser apoiado, levando também a precaver futuramente o não empenhamento em campanhas de contrassubversão (Reis, 2007).

Com o General Templer como CIGS, deu-se início através do próprio ao desenvolvimento do texto fundamental de doutrina de contrassubversão britânico,

denominado “Operações Antiterroristas na Malásia”. Este manual, estava presente na Malásia na década de 50, no entanto em Londres as prioridades políticas eram diferentes, as políticas de austeridade orçamental, penalizando o setor da Defesa, faziam com que o envolvimento em Guerras de Contrassubversão e todas as suas inerências, fossem minimizadas, sendo a doutrina também alvo de sucessivos atrasos à sua promulgação. Todos estes factos punham em oposição do ponto de vista de custos económicos e financeiros o Ministro Sandys e o General Templer que não colocava entraves aos custos com a guerra de contrassubversão desde que se salvasse o Exército. Só desta forma a demora na conceção de um manual de contrassubversão, uma década depois da aposentação do General Templer, se pode justificar (Reis, 2007).

6.1.2. Malásia (1948 - 1960)

A campanha militar de contrassubversão britânica na Malásia, foi de forma contundente, a mais influente para a criação de doutrina de contrassubversão, através da realização de operações antiterroristas. Este manual de operações antiterroristas, escrito pelo General Templer, era formalmente encarado apenas como um manual específico do teatro. Este manual, só surgiu após quatro anos de contrassubversão. Neste teatro podem-se identificar três períodos distintos: o primeiro, quando as dificuldades se foram acumulando; o segundo período através da nomeação do General Templer (1952 - 1954) e por último a fase de consolidação (1955-1960), (Reis, 2007).

Dos três períodos que se puderam identificar, relativamente ao primeiro, o iniciar das dificuldades na Malásia, prende-se ao facto de em 1948 se ter decretado o estado de emergência, *“A Emergência Começou em Junho de 1948 e a insurreição comunista constitui ainda uma ameaça para a segurança na Malásia”*, (Quartel General, 1964, p.17).

Vários regulamentos de emergência foram promulgados após se ter percebido que a ameaça, caracterizada pelos insurgentes, era de facto real e que a política imperial britânica de encarar esta subversão como matéria a ser tratada pelas autoridades civis era inadequada. Estes novos regulamentos permitiam às forças militares a prisão e interrogatório; deportação e desapropriação e foram implementados também toques de recolher obrigatórios. A abordagem policial fazia sentido em casos de pequena agitação urbana e o exército seria então apenas um agente complementar da polícia quando

necessário. No entanto na Malásia houve operações de combate tanto em áreas rurais como em selva, que pelas características próprias não seria o cenário mais conveniente para a polícia, tornando-se demasiado militarizada para cumprir essas missões com a mesma perícia que as forças militares. Estas circunstâncias de missões atribuídas à polícia ao invés de serem atribuídas aos militares, nos casos de meios rurais e de selva, deixavam as forças de subversão cada vez mais moralizadas e as forças militares de contra subversão com sentimentos opostos. Como referido anteriormente, numa fase inicial do conflito, a desorientação para fazer face às forças de subversão atingiram um “pico” quando em Outubro de 1951, o Alto-comissário Henry Gurney, foi assassinado numa emboscada. Este facto demonstrou que até a própria resiliência por parte de Henry Gurney à militarização da contra subversão, foi fatal para o mesmo. Este exemplo é revelador da inexistência de uma linha de comando clara, divisão de trabalho e a ausência de táticas adequadas. Só mais tarde, já em 1950, o General Briggs, nas funções de diretor de operações, teve a missão de coordenar todas as forças de segurança e elaborar um plano de contra subversão integrado. Este trabalho ficou designado como o “Plano *Briggs*”, (Reis, 2007).

O “Plano *Briggs*”, que visava o controlo administrativo da população, tinha como principais aspetos: submeter o mais rápido possível os habitantes e colonos ao controle das autoridades; reagrupamento dos trabalhadores nas propriedades; recrutamento, instrução e treino das autoridades policiais; fornecimento por parte do exército de um enquadramento mínimo de tropas por todo o país para apoiar as autoridades policiais e concentrar as forças de limpeza em áreas de prioridade; e um completo entrosamento entre polícia e exército tanto ao nível operacional como ao nível das informações. Este plano era completo e de execução a longo prazo o que não eram expectáveis resultados imediatos e decisivos, fazendo uma previsão de limpeza total e lógica do país de Sul para Norte, com o objetivo de deixar para trás uma forte força de polícia e administração civil, deixando as forças de subversão isoladas, permitindo assim uma maior recetividade por parte da população em fornecer informações, privando as forças de subversão de apoios e expondo-se mais às forças de contra subversão. Subsequentemente, os acontecimentos revelaram que a limpeza pré designada de Sul para Norte não foi possível, no entanto os progressos foram de tal forma evidentes que as organizações terroristas, foram desfeitas em cerca de metade da área da federação. Desta forma, as leis de emergência foram levantadas em vastas áreas da federação (Quartel General, 1964).

O manual de Operações Antiterroristas na Malásia, manual pela qual as forças britânicas se regeram após a tomada de posse de Templer, é bastante específico nos vários

aspectos, nomeadamente sobre a caracterização do país em si, através da caracterização da ameaça, ou seja, das forças Terroristas Comunistas, sobre as forças britânicas e disposições legais de emergência. Neste manual constam também as operações a efetuar pelas forças britânicas, desde a organização e armamento, bases na selva, patrulhas, serviços de informações, treino e primeiros socorros em campanha. Após ter tomado posse na Malásia o General Templer conseguiu pôr em prática estas capacidades referidas, como por exemplo na constituição dos pelotões que anteriormente era estaque e que passaram a ser adaptadas às missões assim como o material e equipamento a transportar. Estas novas diretrizes tinham a finalidade de colmatar as falhas do antecedente, em que as forças de subversão eram mais móveis e conhecedoras do terreno do que as forças de contra subversão. Pelo facto de na Malásia não existir à data um Estado de Guerra, a responsabilidade da manutenção da ordem pertencia à polícia, pelo que a obtenção de informações por inerência também o era. Desta forma e face à dimensão do problema, foi montada uma organização especial do serviço de informações (Quartel General, 1964).

Voltando ao “Plano *Briggs*”, este não era encarado com a mesma receptividade como o era para o próprio Briggs. Havia Oficiais que argumentavam que este plano violava princípios doutrinários importantes, como da concentração de força. No entanto Briggs respondeu com uma nova abordagem tática, no sentido de pequenas patrulhas serem mais eficazes no combate à contra subversão, ou seja, menos barulhentos e com maior mobilidade. O “Plano *Briggs*” era exigente, o que levava a que só alguém com mais poder o poderia pôr em prática a fim de o fazer funcionar. Eram também necessárias novas diretrizes doutrinárias para treinar as forças de contra subversão. Quando o novo Secretário Colonial, Oliver Lyttelton, conclui a primeira revista à Malásia, reparou que a forma como as forças militares e civis de contra subversão eram comandadas, separadamente, referiu que o ideal seria haver apenas um homem no comando e para isso teria de ser General. Em Janeiro de 1952 é então nomeado o General Gerald Templer tanto como Alto-comissário como Diretor de Operações em simultâneo. Templer era apoiado pelo público de Londres e com o seu método de ação simples conjuntamente com plenos poderes foi decisivo no desenrolar da guerra. O pensamento de Templer era o de utilizar as informações através de “espiões” e a ação social para ter a população em seu favor e assim conseguir expelir as forças de subversão. O carisma e exibição pública também foram utilizados por Templer, de forma a ser um poderoso método de propaganda e demonstração de presença territorial. Ele era apologista e mentor da expressão “ganhar corações e mentes”. Templer foi sucedido por um Alto-comissário e por um Diretor de Operações, mas que não iria trazer

os problemas do antecedente, pois ambos tinham trabalhado diretamente com Templer. Sinais claros do sucesso desta nova abordagem doutrinária contra a subversão foi o facto de ter sido solicitado em 1957 a independência da Malásia (Reis, 2007).

6.2. França (FR)

Até 1945, a França já acumulava uma longa tradição do pensamento militar sobre as guerras coloniais, no entanto, esses pensamentos nunca foram formalmente formalizados como diretrizes oficiais. Alguns oficiais franceses à data, tornaram-se um paradigma de como um oficial Francês deveria ser, através dos seus escritos coletados que geralmente eram convertidos em instruções, que adotaram o estatuto de doutrina quase oficial. Embora assim fosse, esses textos nunca foram vinculativos, não formando assim uma doutrina de fácil acesso. Estes textos apesar de não vinculativos, no início das guerras de contra subversão, foram o ponto de partida, mas que rapidamente se tornou claro que não eram suficientes (Reis, 2007).

A França com o final da 2ª Guerra Mundial defrontou-se com conflitos de pacificação em parte do seu império, assumindo o seu exército o papel de polícia no decorrer de independências de cariz ideológico. Segundo Hermes de Araújo Oliveira²¹, com o final da Segunda Guerra Mundial, a Ásia tinha despertado e tinha então lançado um grito de revolta contra os impérios colonialistas. Este grito de revolta, segundo Oliveira, era sob o impulso Comunista, que com o fim da guerra soube aproveitar os fatores favoráveis e agitou o continente Asiático. Assim a Indochina e a Argélia, não eram exceção e a França viu-se envolvida numa guerra de contra subversão (Pires, 2014).

6.2.1. Evolução da Doutrina Francesa

Inicialmente, em França não era bem claro a quem pertencia o controlo da doutrina militar, levando ao conflito entre líderes políticos e militares. Um Ex. Comandante-chefe na Indochina, General Navarre, nas suas memórias publicadas em 1956, referiu que a derrota sofrida pela França na Indochina e Argélia, não foi pelo facto de não lhe ter sido

²¹ Tenente Coronel do Corpo de Estado Maior do Exército português em 1961.

concedido o poder interino nas operações, mas sim pelo facto de não haver uma completa unidade de ação policial e militar, o que seria essencial, para o sucedido na Indochina não se repetir. A política francesa até ao final da Segunda Guerra mundial, era fechada relativamente a inovações doutrinárias militares, pensamento este que se manteve até ao colapso na Indochina. Esse facto, fez com que o setor político francês se dividisse, e por sua vez os Comunistas eram os únicos a favor da rápida descolonização. Embora existisse esta partição interna na política francesa a ideia genérica era a de uma coligação forte entre os militares e civis, por forma a unirem esforços no combate à subversão. O General Paul Ely aquando da sua nomeação para governar os destinos da Indochina, começou uma nova era na doutrina de contra subversão francesa, ao canalizar frustrações de oficiais franceses que se encontravam em combate na Indochina, com o objetivo de compilar material para os volumes oficiais das lições aprendidas na Indochina. O General Ely, afirmou que o mundo estaria permanentemente submetido a uma guerra psicológica e que esse facto seria tão ou mais importante que a componente militar. Aqui se denotam os primeiros indícios da importância da guerra psicológica na guerra de contrassubversão. Foi também o General Ely que através dos seus conhecimentos e experiências nomeou os generais que iriam mais tarde comandar na Argélia as tropas francesas na contra subversão. Em 1958 o General Charles De Gaulle assume o Governo francês e esta troca de governo foi preponderante para que as mentalidades a favor de uma doutrina de contrassubversão mudassem também (Reis, 2007).

6.2.2. Indochina (1945 - 1954)

No decorrer da segunda guerra mundial, os franceses viram a Indochina a ser tomada pelos japoneses, as tropas francesas que lá se encontravam foram desarmadas pelos japoneses²². Algumas vezes em campanhas de contra subversão, quando um território é perdido, existe a tendência de o reocupar, tendo esse facto sucedido na Indochina por parte dos franceses. Entre essa perda de território e o retorno das forças francesas à Indochina, houve até então um Governo Comunista no Vietname, que aproveitaram para proclamar a independência. Os franceses ainda debilitados dos confrontos da Segunda Guerra Mundial

²² “... os japoneses desarmaram e internaram as tropas francesas estabelecidas na Indochina as quais, até então se encontravam ali em liberdade apesar da ocupação japonesa”, (Tanham, 1963, p.3).

tentaram a rápida reocupação da Indochina, mas com uma preocupação reduzida em adaptar a sua doutrina militar. Embora com pouca formação em contrassubversão, os franceses ainda utilizando táticas da guerra regular, como colunas ofensivas, conseguiram expelir os vietnamitas, pouco preparados e inexperientes, conseguindo recuperar o controlo das principais cidades e vias de comunicação. O Coronel Jacques Massu, que mais tarde viria a ser um dos impulsionadores da doutrina de contrassubversão francesa na Argélia, durante as colunas ofensivas iniciais na Indochina, referia que esse êxito seria temporário. Ele recomendava o recurso a forças locais, conhecedoras de hábitos e do terreno, bem como o recurso a propaganda. No entanto a “demonstração de forças”, era a ideologia que permanecia nas mentes francesas, relegando para segundo plano estas indicações do Coronel Massu (Reis, 2007).

Essas táticas de colunas ofensivas, eram resultado da natureza do equipamento e armamento francês, *“Mas a nossa organização da II Guerra Mundial prende-nos a estas estradas para nos fornecermos de combustível, munições e mantimentos.”* (Geneste²³, 1961, p.415), que os obrigava a utilizar estradas e cursos de água como meios de comunicação. Este facto além de limitar as ações francesas, também os expunham a ofensivas vietnamitas. Ocasionalmente os franceses também utilizavam a infantaria para fazer limpezas de zona, que por serem em zonas demasiado arborizadas ou pantanosas, tornavam o processo lento e os vietnamitas retiravam vantagem por serem nativos e conhecerem melhor o terreno. Os franceses conhecedores desta situação, por vezes faziam barragem de vias de comunicação por forma a impossibilitar a fuga e por meio de “cerco” varriam a área cercada, mas mais uma vez os vietnamitas tinham a vantagem de conhecer o terreno e escapavam (Tanham, 1963).

Outro ponto fraco francês era o de terem umas informações débeis, o que levava os insurgentes a terem vantagem e as áreas vietnamitas pareciam que tinham uma comunicação prévia da chegada do inimigo. Além deste ponto negativo nas comunicações e informações, os franceses não fomentavam a ligação com a população local e não se apercebiam da importância que isto poderia ter. O programa psicológico francês era inadequado e demorou muito tempo a ser desenvolvido, tanto para os militares como para com os nativos. Finalmente, e como um dos maiores obstáculos à progressão francesa, o desconhecimento do terreno e o clima extremamente debilitante, *“É evidente que as máquinas não provam aqui, neste ambiente elas só trabalham durante o dia, se não chover*

²³ Tenente-Coronel Marc E. Geneste – Exército Francês, (Quartel General, 1963).

muito e somente em proporções limitadas de terreno.” (Geneste, 1961, p.416). Até 1950, a pacificação e recuperação do território por parte dos franceses, parecia evoluir e com isso, os vietnamitas também evoluíram com a necessidade de por termo a esse progresso, apoiando-se nas debilidades francesas em termos de “conquista dos corações” da população, e os vietnamitas começaram a utilizar táticas para minar esses progressos. Essas táticas cingiam-se à infiltração no seio dos locais, estabelecendo células de subversão espalhando a propaganda, *“Nos seis meses após a II Guerra Mundial, começaram a aparecer fotografias dos chefes comunistas e “slogans” antifranceses nesta pequena aldeia na indochina para a qual havia sido enviada a minha unidade ao fim da guerra.”*, (Geneste, 1961, p.413) e recrutando os nativos para na libertação e independência do governo francês. Desta forma até ao final do conflito, os franceses viram-se sempre encurralados pelas iniciativas e contra iniciativas vietnamitas, e por não terem uma doutrina de contra subversão delineada, acabaram sempre por serem alvos fáceis, apesar de todo o desenvolvimento tecnológico que dispunham (Tanham, 1963).

6.2.3.Argélia (1954 - 1962)

Foi na Argélia que a doutrina de contra subversão começou a ganhar contornos mais explícitos, principalmente depois das lições aprendidas com o fracasso da Indochina. No entanto, as primeiras iniciativas francesas pareciam um paradoxo do que já tinha sucedido anteriormente, *“Os franceses ocorreram à Argélia com carros de combate e com aviões, convencidos de que iam esmagar, rápida e radicalmente uma simples revolta tribal.”* (Canelhas, 1959, p.191). A Frente de Libertação Nacional (FLN), que tinha sido recentemente formada na Argélia, tinha sido inspirada no recente sucesso vietnamita e que viria a ser mais resistente do que as rebeliões tribais que até então se tinham revelado. O Governo Francês estava convencido que desta feita, a história não se iria repetir, derivado à distância que a Argélia se encontrava de França, uma distância muito menor do que no caso da Indochina e assim sendo surgiam de novo as relutâncias na adaptação da doutrina de contra subversão, que carecia de resistência dupla, por aqueles que acreditavam que as campanhas são todas iguais e por aqueles que afirmavam que cada caso é um caso. Numa fase inicial o General Cherrière era apologista de quanto maior a força maior é a probabilidade de vitória *“... a França chegou a ter um Exército de 500 000 mil homens*

para combater os guerrilheiros do Front de Libération Nationale” (Antunes, 1995, p.191). Com este efetivo nasceram então as forças de quadricula, uma espécie de rede territorial dividida em setores, atribuídos a cada escalão por forma a melhorar o controlo e contacto com a população. Embora esta nova tática fosse inovadora, a princípio não foi bem utilizada, pois o treino era escasso e utilizavam esta tática somente para ofensivas de grande envergadura aquando de ataques das forças de subversão. O General Henri Lorillot, estava disponível para inovações no âmbito da doutrina de contrassubversão e montou uma secção de guerra psicológica, criando três equipas móveis com altifalantes e folhetos de propaganda. Além desta inovação o General Lorillot, criou um centro de treino especializado em pacificações de contra subversão para todos os oficiais que chegassem à Argélia em Arzew. Este centro de treino preparava os oficiais para a familiarização com o terreno, colocá-los à vontade com as questões da propaganda e demonstrar a importância do contacto com a população. O Substituto de Lorillot, o General Salan, através da experiência recolhida na Indochina, fomentou o uso de paraquedistas e o desenvolvimento de forças aerotransportadas, com mais e melhores meios proporcionando maior mobilidade. Uma nova tática também surgiu, desta feita as patrulhas de nomadização e as contra emboscadas, limitando assim os insurgentes na sua mobilidade e ação através de tropas especialmente treinadas de comandos e paraquedistas. Estas novas táticas tinham como finalidade a conquista efetiva de Argel e a de estaquear o território através das fronteiras, impedindo os insurgentes de receberem apoio internacional. A contrassubversão na Argélia ganhava então novos contornos e começava a ficar bem delineada, com a crescente divisão entre as forças de quadricula e as forças especiais. O sucessor de Salan, o General Challe, com as experiências na Indochina, percebeu que para repelir as insurgências dos rebeldes, teria de concentrar os esforços nas áreas onde havia menos resistência e onde se sabia que os rebeldes poder-se-iam refugiar, para os enfraquecer ao máximo e depois concentrar então as forças nos locais de maior insurgência. Foi Challe que fez as primeiras diretivas já com sinais de aceitação para uma futura doutrina bem como pequenos manuais de operações. Estatísticas operacionais e análise histórica confirmam que o plano de Challe tinha enfraquecido significativamente as forças de subversão, o que serviu para Gaulle se envolver em negociações com a Frente Nacional de Libertação para deixar a Argélia, referindo que não se iria repetir o mesmo que na Indochina. No entanto as divergências políticas fizeram com que Challe fosse preso, sendo substituído em 1960 (Reis, 2007).

6.3. Influências

6.3.1.Preâmbulo

Ao longo de todo o capítulo 5, foi extrapolada a doutrina militar portuguesa “O Exército na Guerra Subversiva”, que consiste nas técnicas táticas e procedimentos no combate à subversão.

Muitos dos aspetos que lá são referidos são de influência britânica e francesa e que só agora conseguimos fazer a ligação. No decorrer do capítulo fez-se uma abordagem sucinta relativa à evolução da doutrina britânica e francesa até à década de 60, apoiada em três teatros onde estas nações estiveram envolvidas no combate à subversão.

Desta forma, quase toda a doutrina “O Exército na Guerra Subversiva”, sofreu influências na sua conceção, no entanto, esta foi adaptada às características particulares onde Portugal, combateu a subversão, nomeadamente, Angola, Guiné e Moçambique.

6.3.2.Conquista da População

Conforme é referido no 1º Volume de “O Exército na Guerra Subversiva” e sintetizado no capítulo 5 deste TIA, a influência da população é transversal a todo o desenrolar da guerra de contrassubversão, ou seja, a problemática da conquista dos “corações e mentes”. Na doutrina portuguesa, é feita referência à extrema importância deste factor, tanto para o lado das forças de subversão como para o lado das forças de contra subversão. Se as forças de subversão tiverem um objetivo bem delineado, terão que ter a população como alvo, forçado ou voluntário, por forma a conseguirem justificar as finalidades da subversão e principalmente para que também a população faça parte de todo o processo da guerra subversiva. Desta feita e para que a guerra de contrassubversão não tenha um início com um final de insucesso precoce, tem que ter sempre as atenções voltadas para a população e para a sua conquista. Esta característica, verificou-se tanto nos exemplos britânicos como franceses. Os britânicos, durante o conflito na Malásia através do já referido “Plano *Briggs*” e os franceses, que retiveram as lições aprendidas na

Indochinas para as conseguirem aplicar na Argélia, conflito este onde caíra a ideologia de “demonstração de forças”. Neste 1º Volume, assinala-se ainda no seguimento da característica da conquista da população, que, a luta de contra subversão é pela população e não contra a população, sendo o principal princípio da guerra de contrassubversão.

6.3.3. Inimigo

No desenvolvimento de “O Exército na Guerra Subversiva”, no 2º Volume, as lições aprendidas com os britânicos e franceses são verificáveis em diversos pontos, como na preocupação pelas características do inimigo, terreno, nas forças a empregar bem como as condutas das operações, informações, patrulhamento, limpeza de zona e emboscada.

O inimigo, que se iria opor a Portugal, era diferente daquele que se opôs aos britânicos e franceses, era um inimigo característico e que por isso apesar dos ensinamentos recolhidos nas experiências britânicas e francesas, exigem um estudo prévio “...baseou-se, essencialmente, na experiência de cerca de dois anos de operações no Norte de Angola.” (EME, 1963, Vol.II, Cap.I, p.12) dessa situação particular. Para a realização desse estudo sobre o inimigo, foi fundamental, as lições retiradas do insucesso francês na Indochina, que foi retificado na Argélia, em que aí se verificou ter havido discernimento para se estudar o inimigo que defrontavam e não voltar a cometer os erros que foram cometidos na Indochina, onde o inimigo foi subvalorizado.

6.3.4. Terreno

“Quando o terreno é acidentado e difícil, ajuda a subversão tanto por causa dos relevos, como da vegetação e pântanos.” (Galula, 1963, p.46), este foi outro aspeto estudado com antecedência pelos portugueses, que foi fortemente influenciado pelo caso francês na Indochina e pelo caso inglês na Malásia. No caso francês, na Indochina, devido ao terreno muito arborizado e pantanoso, todo o seu potencial, bélico foi ineficaz. Essa situação de incapacidade e falta de mobilidade causada pelo terreno, foi um dos principais fatores para insucesso na Indochina. Com alguns Oficiais a transitarem da guerra da Indochina para a Argélia, o fator terreno já foi tido em conta e então as forças de contra

subversão conseguiram-se adaptar. Esta evolução de pensamentos e recolha de testemunhos por parte dos franceses foi especialmente tido em conta pelos portugueses, que conseguiram recolher toda a informação necessária à data sobre as províncias ultramarinas, de modo a melhorar a doutrina de contra subversão portuguesa. Relativamente ao caso inglês, a influência na doutrina portuguesa teve um reflexo também assinalável, devido ao manual “Operações Antiterroristas na Malásia”, escrito pelo General Templer, que por sua vez era bastante detalhado em vários aspetos e que um deles seria o terreno, fruto de alguns anos de vivência nesse território. Essa experiência é notória, aquando da conceção da doutrina de contra subversão portuguesa, que detalha as caracterizas das províncias ultramarinas e todas as adversidades que possam vir a ser sentidas pelas forças portuguesas.

6.3.5. Adaptação das Forças e Meios

No Capítulo IV do 2º Volume de “O Exército na Guerra Subversiva” é feita referência à articulação das forças, que por sua vez numa guerra subversiva, não poderá ser igual ao de uma guerra convencional. Este facto, prende-se por duas razões: por ser uma guerra de superfície e por o objetivo ser a conquista das populações *“Nenhuma área nem população pode ser abandonada, por um longo período, a não ser que a defesa fique a cargo da própria população”* (Galula, 1963, p.42). Essa adaptação, ficou bem visível no caso francês *“As divisões francesas da NATO eram inúteis na Argélia; o seu moderno equipamento teve de ser deixado para trás...”* (Galula, 1963, p.42), na Argélia, em que apesar de todo o desenvolvimento tecnológico e capacidade logística francesa, não se adaptava ao terreno lá encontrado, tendo sido uma das causas do seu insucesso e uma das maiores lições retiradas dessa guerra para futura aplicabilidade na doutrina portuguesa. Essa articulação e dispositivo de forças, concentrou-se basicamente em duas formas, as forças de quadrícula e as forças de intervenção. A adaptação *“Paradoxalmente quanto menos sofisticadas forem as forças de contra subversão, melhor serão.”* (Galula, 1963, p.43), não foi só ao nível de articulação de forças, a adaptação que este tipo de guerra levou, foi mais profundo. Tanto no caso britânico como francês, tudo o que compunha um exército foi adaptado, desde as técnicas, táticas, meios e recursos humanos. Além de terem deixado para trás todos os meios e formas de disposição no terreno rígidas e pesadas,

surgiu a necessidade de a cada situação se atribuir, meios e recursos específicos, ou seja, não havia um modelo estanque a seguir, mas sim um modelo adaptável a cada situação.

6.3.6. Informações e Ações Psicológicas

O exército britânico e principalmente na Malásia, como consta no manual “Operações Antiterroristas na Malásia” tinha como objetivo primário, o uso mínimo da força e a maior proximidade possível junto da população. Esta forma de “estar”, tinha como finalidade não só conter os progressos da subversão mas através da presença territorial a obtenção de informações. Durante o conflito na Malásia, os britânicos formaram a organização especial do serviço de informações, que através de células infiltradas no meio da população *“Um jovem movimento subversivo é, necessariamente, inexperiente e, portanto será relativamente fácil infiltrar agentes que ajudarão a desintegrá-lo e a destruí-lo”* (Galula, 1963, p.82), era fontes privilegiadas de informação. É visível, que este conflito e o manual do General Templer, *“no que toca há parte das informações, as publicações eram quase uma cópia das dos ingleses e foram realizadas pelos generais Marcos Pinto e Pinto Cardoso”* (Garcia, 2014) foram influenciadores em parte do capítulo da informação e contra-informação do 2º Volume de “O Exército na Guerra Subversiva”, e também da contribuição da PIDE²⁴, que como força de segurança, atuava em parceria com o exército para a obtenção de informações. Por sua vez no contexto da ação psicológica, a afetação à doutrina portuguesa foi feita de forma repartida, os britânicos através de uma ação social declarada e propagandeada, demonstrada através da forte presença territorial. As ações psicológicas dos britânicos, como se descreveu anteriormente, não eram só com o objetivo de conquistar a população, mas sim com dois objetivos, que eram eles, os de baixar o moral das forças de subversão e elevar o moral das forças de contra subversão. Estas ações eram aplicadas através de ação social e estão bem presentes no 3º Volume de “O Exército na Guerra Subversiva”. Por parte dos franceses, estes, através do General Lorillot, montaram uma Secção de Guerra Psicológica, separada em três equipas com diferentes propósitos, desde propaganda sonora através de altifalantes aos panfletos com propaganda a favor das forças francesas. A doutrina portuguesa é

²⁴ Policia Internacional e de Defesa do Estado.

bastante particular no âmbito da ação psicológica, sendo portadora no seu conteúdo de exemplos de panfletos, formas, meios e processos de ação psicológica.

6.3.7. Patrulhas

As patrulhas são missões que apesar de fazerem parte guerra convencional, na guerra subversiva são ainda de maior relevância. As patrulhas, mais propriamente as patrulhas de nomadização, foram parte das técnicas usadas pelos franceses na Argélia, ainda no âmbito das forças de quadrícula. Estas patrulhas de nomadização, prendiam-se com o facto de a Argélia ser um país de grande dimensões e de as suas fronteiras internacionais serem bastante extensas, o que favorecia a subversão. Assim, “O Exército na Guerra Subversiva” no 2º Volume é bastante meticoloso relativamente ao capítulo das patrulhas e patrulhas de nomadização. Estas que mudam a designação devido ao tempo de missão e à distância que se encontram das áreas guarnecidas por forças amigas.

6.3.8. Forças de Quadrícula

As forças de quadrícula, que constam na doutrina de contra subversão portuguesa, são forças, que ocuparam determinadas zonas com um respetivo setor atribuído, com o objetivo de montar uma defesa e de manter ou restabelecer a ordem de povoações de maiores dimensões, edifícios importantes, através da dispersão de forças. Essa disposição tem como objetivo principal guarnecer o território e manter o contacto com a população. Estas forças de quadrícula, foram fortemente influenciadas pelos franceses, aquando da guerra de contra subversão na Argélia, em que pela primeira vez o exército francês usou este tipo de dispositivo, tendo em conta o grande efetivo que dispunha. Genericamente, no âmbito das operações, as maiores influências foram francesas e no seguimento do subcapítulo anterior, as forças de quadrícula nem sempre eram suficientes para suprimir todas as necessidades impostas nos seus setores. Desta forma surgiu a necessidade de uma outra força colmatar tarefas, tais como: socorro a povoações atacadas; procurar o inimigo e executar ações contra rebeldes referenciados, surgiram portanto as forças de intervenção, materializadas pelos Comandos, Paraquedistas e Fuzileiros. Estas inovações e adaptações

das Forças Armadas Portuguesas, tiveram influência francesa, quando através do General Salam, se verificou que forças especiais na Argélia poderiam fazer a diferença, através dos Comandos e Paraquedistas.

6.3.9.Limpeza de Zona e Emboscada

A guerra de contrassubversão é uma imposição para qualquer país que apenas tenha conhecido a guerra convencional, para que faça várias alterações aos vários níveis, quer sejam eles táticos, logísticos entre outros. Desta forma Portugal também se adaptou e no âmbito das operações, a doutrina portuguesa sofreu aqui as maiores influências, quer na conduta de operações quer nas forças a empregar. Os confrontos na guerra de contra subversão na Indochina, embora não tenham alcançado o sucesso pretendido por parte dos franceses, foi aí que, embora não existisse uma doutrina promulgada de contra subversão, se efetuaram as primeiras limpezas de zona *“É também assim, à escala local pois pôs o rebelde neste dilema: ou aceita o desafio e toma portanto a posição defensiva, ou deixa a área e torna-se inofensivo na oposição que faz, à conquista da população, pela contra subversão”* (Galula, 1963, p.98), com a infantaria ligeira, fruto da incapacidade de utilização de todos os meios que a França dispunha à data, e também consequência da necessidade de aproveitar os inúmeros recursos humanos que dispunha. Em “O Exército na Guerra Subversiva” é feita referência a essas missões atribuídas às pequenas unidades, que se podem desenrolar, por uma batida ou por uma operação de cerco, cujos objetivos seriam os de captura do inimigo, informações, demonstração de presença territorial e apoio às populações. No conflito francês na Argélia ficou bem demarcado a aplicação de emboscadas e contra emboscadas, que através da experiência no conflito na Indochina fora recolhida. Esta temática foi relevante para a conceção do capítulo VII do 2º Volume de “O Exército na Guerra Subversiva, ” em que meticulosamente são explicados todos os procedimentos para a execução de emboscadas e contra emboscadas.

Capítulo 7

A Doutrina Portuguesa e a Sua Aplicabilidade

“A doutrina foi evolutiva, houve a doutrina de 1963, depois um up date em 1966, e forma em como ela está escrita baseia-se em lições aprendidas e com as devidas propostas vão sendo alteradas. É uma doutrina evolutiva e a doutrina foi de facto um marco importante os cinco volumes e a forma como foram escritos e a forma como foi adaptado, constitui uma excelente base de adaptação, mas como nós sabemos a doutrina é apenas uma ferramenta. Determinada pela Política que a define e a Estratégia que a informa, portanto podemos dizer que a doutrina foi importante para um exercício de reflexão, pelas questões que estavam associadas, mas em si não resolvem nada. Portanto a doutrina foi evolutiva, foi adaptada, e no final do conflito havia estratégias e políticas em cada um dos teatros”²⁵.

7.1. Aplicabilidade

Todos os esforços feitos para concessionar uma doutrina capaz, de fazer face aos conflitos que se adivinhavam nas províncias ultramarinas, resultaram no ano de 1963, no manual intitulado “O Exército na Guerra Subversiva”. Este manual repartido em cinco volumes, à medida que ia sendo desenvolvido, ia por sua vez também sendo ministrado e aperfeiçoado, tendo uma versão preliminar sido experimentada em Angola no ano de 1961 (Cann, 2005).

Embora se tenham retirado bastantes ensinamentos da missão dos Oficiais portugueses à Argélia, nem todos se podiam aplicar à nossa realidade, no caso português tratar-se-ia de prevenção da insurreição e não de casos concretos de rebelião como acontecia na Argélia. No entanto foram adotadas várias medidas para preparar o Exército para ações de pacificação e contra subversão. Ações psicológicas sobre as populações com vista a fomentar a cooperação para com as autoridades foi uma medida adotada e aplicada

²⁵ Apêndice A – Guião de entrevista ao Coronel de Infantaria Lemos Pires.

no caso português. Outras medidas aplicadas às nossas forças foram o treino físico exigente, treino de luta corpo a corpo, tiro, minas e explosivos, familiarização com os vários meios a empregar e treino de progressões em terrenos difíceis.

7.2. Exemplos da Aplicabilidade da Doutrina Portuguesa

Segundo Silva Pais²⁶, as informações em Moçambique estavam a decorrer da melhor forma, denotando-se que as influências britânicas e francesas, neste caso mais propriamente as britânicas estavam a ser aplicadas pelas células portuguesas na aquisição de informação. *“Assentamos em apoios mútuos para informação e vigilância ao longo da fronteira comum. Deu todas as facilidades para uma Acção de informação por nossa parte, a ter lugar na região de Victoria Falls, para detetarmos o que possa partir da Zâmbia sobre Angola.”* (Pais, 1968, p. 42).

A preferência do uso das ações psicológicas ao invés das armas era demais notório segundo Alferes João Paulo Guerra (*in* “Uma Guerra sem Frente”, reproduzido *in* Ministério do Exército, Estado-Maior do Exército, separata do Boletim de Informação n.º 37, Janeiro de 1968, pp. 6-8): *“Mas nem só com armas somos atacados no Norte de Moçambique, como nem só com armas nos defendemos e atacamos. Num conflito deste tipo, a Acção psicológica é fundamental. Atingir o inimigo, minando-lhe o moral, tentando inverter a sua posição ideológica, mostrando falsidade das suas doutrinas e os pontos fracos dos seus ideais, tornou-se um dos objetivos da guerra de métodos não ortodoxos. O panfleto tomou a dimensão duma arma; a Acção de efeito psicológico passou a ser encarada, neste tipo de guerra de ideias, como um meio de elevado alcance para a obtenção dum fim.*

[...] Disse Gustavo Le Bon que «as guerras utilizam armas materiais, mas os verdadeiros motores são as forças psicológicas». O espectro da doutrinação não é esquecido ou menosprezado na preparação do combatente. A educação moral, cívica e militar que lhe é ministrada, dá-lhe conceitos de dever e disciplina, desperta-lhe a coragem física e moral e a intrepidez, aviva-lhe os conceitos de honra, de valor, de fidelidade, incute-lhe o espírito de abnegação e de patriotismo.”

²⁶ Fernando Silva Pais, diretor da PIDE (1968).

Segundo AM (*in* Diretiva 11/70, 30 de Abril de 1970. Assunto: «Integração da atividade operacional na fase atual de manobra de contras subversão», p. 53): “*E ninguém ignora no TO da Guiné, que a nossa manobra psicológica se apoia num conceito «contra-revolucionário», que nas suas linhas gerais se traduz em, furtar ao IN os seus objetivos psicológicos, falando a sua linguagem em matéria de «reivindicações do povo»; concretiza, por factos reais e irrefutáveis, os objetivos sociais anunciados pelo IN; em última análise, captar e consolidar a adesão das populações à nossa causa. O êxito da nossa manobra, que assenta em bases sólidas e honestas, está bem patente na alta receptividade das populações à política do Governo, que vem crescentemente aderindo à nossa causa. E assim, o nosso plano de contra subversão se vem processando numa sequência de fases, cujo desenvolvimento é necessariamente lento, porque não podemos ignorar que algumas etnias se encontram profundamente doutrinadas pelo IN, com quem praticamente convivem desde 1962*”.

As forças de intervenção, que na Argélia tiveram as primeiras aparições com comandos e para-quedistas, no caso Português também existem relatos do mesmo, Esta medida aplicada ao Exército português ao longo da campanha do Ultramar foi por diversas vezes verificável e segundo Jonas Savimbi (*in* Guerra de África, pp. 100 e 101): “*Os comandos portugueses tinham uma tática que destabilizava a UNITA. Perdemos muita gente neste combate, mas continuámos. O Leste é a zona ideal para fazer a luta clandestina. Aquela gente tem a capacidade de guardar segredo que não vi em mais parte nenhuma. Um dia, no Natal de 1973, fui cercado numa aldeia de Leste por tropas portuguesas, que desligaram os motores das viaturas e aproximaram-se sem ninguém dar conta. Quando percebemos, estava já a tropa a cercar a aldeia. O soba da aldeia foi para dentro de casa e a mulher dele ficou na porta. O alferes português perguntou se não havia terrorista e ela começou a dizer que eles estavam a faltar-lhe ao respeito, que ela era a mulher do soba. Eu estava por detrás da porta com a minha pistola, mas como a senhora estava atrás dele a fazer confusão, a dizer que ele não entrava na casa do soba, que não havia nada, o alferes acabou por se ir embora.*”.

Ainda de acordo com Jonas Savimbi: “*As tropas portuguesas conheciam o terreno muito bem e foram tropas muito melhores que os cubanos. Eu também combati os cubanos, depois de 1975, e posso dizer que os portugueses eram muito melhores do que os cubanos, tinham capacidade de deslocação da tropa de um ponto para o outro que os cubanos nunca conseguiram.*”. Estas afirmações por parte do Comandante das forças de

subversão, são claras e não deixam enganar quanto à forma eficaz da implementação deste novo tipo de forças, as forças de intervenção.

A aprendizagem era uma das premissas para que a guerra de contra subversão fosse eficaz. Os ensinamentos trazido das Argélia e a lições aprendidas com os exemplos britânicos na Malásia fizeram com que os portugueses não quisessem sofrer as mesmas amarguras e segundo Bethencourt Rodrigues (1990, pp. 104 e 105): *“A adaptação do Exército à situação da guerra subversiva tinha-se feito sem grandes dificuldades. Em primeiro lugar, tivemos um grande período de aprendizagem e de instrução quando constituímos e fizemos atuar, em numerosos exercícios, a Divisão SHAPE, dentro e fora do país. Foi aquilo a que chamo a «Escola de Santa Margarida», que nos fez viver situações semelhantes às de campanha, ensinou-nos procedimentos de comando e de ligação, uniformizou documentação, definiu canais de ligação e estruturou organizações. Tudo isto partilhado pela ação de numerosos oficiais que haviam feito cursos e estágios em unidades estrangeiras, principalmente norte-americanas, e que, integrados em unidades da divisão, auxiliavam os seus camaradas e consolidavam os conhecimentos adquiridos.”*.

No seguimento do mesmo raciocínio e ainda com mais um exemplo de como as tropas portuguesas encararam esta guerra, de forma séria e ousada segundo Bethencourt Rodrigues: *“Em Abril de 1960 foi criado, em Lamego, o Centro de Instrução de Operações Especiais, unidade dedicada exclusivamente ao estudo e prática da guerra subversiva e onde foram preparadas as companhias de caçadores especiais, as primeiras unidades do Exército a chegar a Angola, onde prestaram relevantes serviços. É de mencionar também as atividades de instrução que, não sendo específicas de nenhuma arma ou serviço, tinham em vista ministrar conhecimentos para melhorar a atividade operacional nas províncias ultramarinas, como foram os estágios de contrainsurreição, os estágios de atualização sobre o Ultramar, os estágios de observação aérea, os estágios de operações especiais, o curso de minas e armadilhas.”*.

Conforme os ensinamentos retirados da experiência britânica, as ações sociais e psicológicas eram demais fundamentais, sem o apoio da população a condenação seria quase certa, como se pode confirmar no caso francês na Indochina. De acordo com a Operação Viriato – Retoma de Nambuangongo (in Guerra de África, pp. 127): *“Desenvolvemos missões de pacificação, de contenção da guerrilha, procurando destruir os seus núcleos ativos, capturar os seus elementos e destruir o seu potencial ofensivo e operacional.”*.

Um dos ensinamentos que mais foi fundamental para a guerra de contrassubversão portuguesa, tendo em conta a imensidão territorial das colónias e os efetivos limitados que se dispunham à data, a tática de quadricula, aprendida na Argélia aquando da missão dos oficiais portugueses por lá, foi bastante útil no Ultramar. Segundo a Guerra de África (pp. 183): *“Como aplicar os ensinamentos da guerra na Argélia à África portuguesa? As táticas da quadrícula e da ratissage e a organização quaternária das companhias foram usadas em Angola pelo Coronel Carlos da Costa Matos, oficial que concebeu a Operação Nova Luz e participou na Operação Orta, capturar Agostinho Neto. Em Moçambique, onde montou o serviço de informações e foi governador do Niassa, impulsionou as brigadas de caça. Eram equipas de militares à paisana, que contactavam intimamente com os autóctones e formavam uma barreira às infiltrações de guerrilheiros. O general Caeiro Carrasco acabou com elas.”*.

Embora grande parte da experiência em guerra psicológica tenha sido proveniente dos cursos tirados na Grã-Bretanha por oficiais portugueses, na Argélia também se procederam a ensinamentos dentro do mesmo âmbito, segundo a Guerra de África (pp. 196): *“a experiência da Argélia havia de servir, em 1963, a Almiro Canelhas para começar a organizar a Ação psicológica no Exército português. Antes, e depois de voltar a Portugal, foi enviado para Goa. A partir de 1961 esteve no Estado-Maior do Exército e ministrou cursos de Ação psicológica. Acha que, apesar de tudo, a guerra na Argélia era mais difícil do que aquela que Portugal enfrentou em África.”*.

Para se atingirem níveis de proficiência elevados em qualquer tipo de ação ou tarefa, o treino e o estudo é bastante importante, no entanto a frieza psicológica e a disciplina também o são. Seguir a doutrina conforme ela foi concebida, durante os treinos, já por si só pode acarretar erros, no entanto em pleno combate e em situação de guerra estas falhas aumenta exponencialmente. Segundo Ricardo Durão (in A Guerra de África, pp. 243 e 244), *“em determinada altura os guerrilheiros já possuíam melhor armamento, sendo que só em 1962 é que a tropa dele teve acesso às armas automáticas, usando até então armas de repetição. No máximo atuavam em unidades de escalão pelotão e embrenhavam-se no mato, onde para se guiarem recorriam a guias brancos que apareciam na zona para ajudar. Eles patrulhavam bastante ao longo dos dias, uma média de 50km diária, em que procuravam, dentro da doutrina estabelecida, contactar com a população e cativa-la. A primeira reação da população era esconder-se ou fugir, por se sentirem cúmplices dos massacres.”*.

Por fim um último exemplo de como a doutrina portuguesa foi bem aplicada e que os seus militares estavam instruídos de tal forma que seguir os ensinamentos eram a regra sem exceção. Segundo Duarte Silva (in A Guerra de África, pp. 454), *“em 1969, organizou um batalhão com o mesmo pessoal desde o início e com todo o apoio do Regimento de Cavalaria 3. Segundo ele, os batalhões saíam classificados em três grupos, A, B ou C. Chegou a Zemba a 21 de Abril de 1970 e nessa zona cumpriu missões clássicas de contraguerrilha, sendo uma a da quadrícula. Duarte Silva confirmou aí algo que já sabia, sempre que tomassem iniciativa os terroristas afastavam-se. De acordo com ele a solução seria andar sempre em cima deles e não ficar a espera que eles os atacassem.”*

Capítulo 8

Conclusões

8.1. Respostas às Questões de Investigação

Respondendo a cada uma das questões de investigação cumprimos cada um dos objetivos específicos estabelecidos na problemática do trabalho. Neste subcapítulo responder-se-á às questões de investigação levantadas no início do trabalho de Investigação aplicada.

Questão derivada nº1: “Como se preparou Portugal para a Guerra Subversiva?”

Agora numa fase final do trabalho é-nos permitido concluir que Portugal, começou a sua preparação para a guerra colonial a partir da década de 50. Nessa altura foram tomadas diversas diligências, tanto no âmbito político como principalmente no âmbito militar. Dessas diligências são de salientar a angariação de informação sobre contra subversão por parte do IAEM e do EME, através do envio de Oficiais para a Argélia, para de lá poderem trazer ensinamentos, bem como para a Grã-Bretanha e assim contribuírem para a elaboração da doutrina denominada de “O Exército na Guerra Subversiva.”. Portugal reforçou perante a Comunidade Internacional, que não era detentor de colónias, mas sim de territórios que faziam parte de um Estado unificado. Embora a entrada de Portugal na NATO, fosse encarada com algumas reservas no país, foi um fator impulsionador da modernização das Forças Armadas e de manter uma nova geração de Oficiais focada no desenvolvimento, o que seria fulcral para a sobrevivência do regime. As reestruturações das regiões militares, foi outro fator importante da preparação de Portugal.

Questão derivada nº2: “Como se estudaram os outros conflitos?”

Os outros conflitos, nomeadamente, na Malásia por parte dos britânicos e na Indochina e Argélia por parte dos franceses, foram estudados de diversas formas. No caso britânico, estudou-se através dos livros, manuais e relatórios que os britânicos concebiam com as experiências acumuladas nas guerras em que se debatiam até à data, e também pelo envio de Oficiais portugueses para o *Intelligence Centre*, com o objetivo de frequentarem o curso de informação na *Military Intelligence School*. Da mesma forma, estudaram-se os

conflitos franceses, através de livros, manuais e relatórios, mas também pelo envio de Oficiais para o *Centre d' Instrucion de Pacification et Contre-Guerrilla* (Centro de Instrução de Pacificação e Contra Guerrilha) e mais tarde em missão na Argélia, integrando separadamente três corpos de exército.

Questão derivada nº3: “Que diferenças assinaláveis se encontram entre as várias doutrinas em análise?”

Relativamente ao caso britânico e francês, não se pode denominar de doutrina, pois à data ainda não o era. O que os britânicos e franceses tinham era relatórios e experiências colhidas com o desenrolar dos conflitos, no entanto no caso britânico as linhas gerais pautavam-se pelo apoio à população e guerra psicológica, levando assim a guerra para o mínimo confronto possível. Já no caso francês, e por duas vezes em duas colónias diferentes, iniciaram por um exército de massas, grande potencial bélico que na Indochina não foi bem aproveitado, por falta de conhecimentos a todos os níveis e ainda com uma mentalidade doutrinária proveniente da segunda guerra mundial e num segundo caso na Argélia, já com experiências acumuladas, souberam aproveitar melhor os meios, através do estudo das várias variáveis como exemplo o terreno, tendo sido o sistema de forças de quadricula e o de forças de intervenção as diferenças assinaláveis.

Questão derivada nº4: “De que forma as doutrinas e experiências de outros países foram utilizadas para a elaboração da doutrina portuguesa?”

As doutrinas e experiências de outros países, nomeadamente a Grã-Bretanha e a França, foram integradas quase que na totalidade na elaboração da doutrina portuguesa. No entanto esta integração, foi alvo de estudo e adaptação, de acordo com as características específicas que os territórios ultramarinos portugueses apresentavam. Desta forma podemos concluir que por parte dos britânicos a doutrina portuguesa foi fortemente influenciada em aspetos relativos à conquista da população e a toda a importância que esta tem no desenrolar de toda a guerra de contra subversão, “conquista de corações e mentes”. O estudo do terreno e ter umas informações competentes, foram também outra das características absorvidas com as experiências britânicas. Já com base nas experiências francesas, as influências foram mais no âmbito operacional, ou seja, no uso do dispositivo de forças de quadrícula, técnicas de limpeza de zona e patrulhamento e adaptação dos meios e das forças, a cada situação.

8.2. Resposta à Questão Central

Questão central: “Que importância tiveram as experiências de outros países, em especial Reino Unido e França para a conceção da doutrina denominada “O Exército na Guerra Subversiva”?”

As experiências britânicas e francesas, tiveram grande importância para a conceção da doutrina militar de contrassubversão portuguesa, pois apesar de Portugal ter promulgado em primeiro lugar um documento oficial sobre guerra subversiva, este foi baseado nas experiências britânicas e francesas, nomeadamente na Malásia, Indochina e Argélia. Estas guerras serviram de exemplo para no caso português adaptar à realidade das colónias portuguesas e assim retirar o maior rendimento de todos os recursos que lá se iam despendendo.

8.3. Limitações da Investigação

Ao longo da conceção deste Trabalho de Investigação Aplicada, as limitações foram algumas, de referir, as fontes bibliográficas no caso de trabalhos no âmbito histórico, com vertente internacional, são limitadoras, sobretudo quando o período histórico é pouco recente. Levando a esforços redobrados e dispêndio de tempo que seria precioso para o aperfeiçoamento do Trabalho.

8.4. Propostas Para Futuras Investigações

Pelo facto de Portugal se encontrar inserido na NATO, propomos para investigações futuras, analisar as doutrinas atuais de contrassubversão de outros países membros da NATO, e compará-las de modo a aferir as maiores diferenças existentes.

Bibliografia

- Academia Militar. (2013). *Trabalho de Investigação Aplicada e outros trabalhos de investigação* (2ª ed.). Lisboa: Academia Militar.
- AM, (1970). “Frente da Guiné: A Batalha da Paz” em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (1º volume). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Caetano, Marcelo (1977). *Minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.
- Canelhas, Almiro (1994). “Lições na Argélia” em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (1º volume). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Cann John P. (2005). *Contra-Subversão em África 1961-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Carvalho, J. Eduardo (2009), *Metodologia do Trabalho Científico* (2ªed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um curso* (Vol. I). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Durão, Ricardo (1994). “Os Centuriões” em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (1º volume). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Estado Maior do Exército (1963a). *O Exército na Guerra Subversiva – I Generalidades*. Estado Maior do Exército, Lisboa.
- Estado Maior do Exército (1963b). *O Exército na Guerra Subversiva – II Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas*. Estado Maior do Exército, Lisboa.
- Estado Maior do Exército (1963c). *O Exército na Guerra Subversiva – III Ação Psicológica*. Estado Maior do Exército, Lisboa.
- Estado Maior do Exército (1963d). *O Exército na Guerra Subversiva – IV Apoio às Autoridades Civas*. Estado Maior do Exército, Lisboa.
- Estado Maior do Exército (1963e). *O Exército na Guerra Subversiva – V Administração e Logística*. Estado Maior do Exército, Lisboa.
- Ferreira, João (2009), *Em Nome da Pátria: Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa*. Alfragide: Livros d’Hoje.
- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia científica: Fundamentos métodos e técnicas* (4.ª Edição). Lisboa: Instituto PIAGET.

- Galula, David (1963). A Guerra de Contra Subversão. Moçambique: 3ª Rep. – Instrução.
- Geneste, Marc (1961). “Guerra de Guerrilhas” em Osanka, Franklin Mark (1963), R.M.M. QUARTEL GENERAL. A Moderna Guerra de Guerrilhas, (4º Volume). Lisboa: Gabinete de estudos e traduções.
- Maçanita, Armando (1994). “Operação Viriato – Retoma de Nambuangongo” em Antunes, Freire (1995), A Guerra de África (1961-1974), (1º volume). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Matos, Costa (1994). “De Arzew ao Niassa” em Antunes, Freire (1995), A Guerra de África (1961-1974), (1º volume). Lisboa: Círculo de Leitores.
- NATO (2011). Allied Joint Publication -3.4.4 Allied Joint Doctrine for Counterinsurgency (COIN).
- NEP 520 Trabalho de Investigação Aplicada, (2013). Academia Militar.
- Nogueira, Franco (1981), História de Portugal, Barcelos, Suplemento II. Porto: Livraria Civilização.
- Oliveira, Hermes (1960). Guerra Revolucionária. Lisboa: Ministério do Exército.
- Osanka, Franklin Mark (1963), R.M.M. QUARTEL GENERAL. A Moderna Guerra de Guerrilhas, (4º Volume). Lisboa: Gabinete de estudos e traduções.
- Pais, Silva (1968). “Moçambique” em Antunes, Freire (1995), A Guerra de África (1961-1974), (1º volume). Lisboa: Círculo de Leitores.
- PDE 03-09-00 (2010). Operações Não Convencionais. Comando da Instrução e Doutrina. Exército Português.
- Pires, Lemos (2014). O Comando Holístico da Guerra – Wellington, Spínola e Petraeus. Tese apresentada com vista à obtenção do grau de Doutor. Lisboa: ISCTE – IUL.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais (5.ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). Manual de Investigação em Ciências Sociais (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- QUARTEL GENERAL, R.M.M. (1964). Operações Antiterroristas na Malásia. Lisboa: Gabinete de estudos e traduções.
- Reis, Bruno (2007). Allies and Small Wars – British, French and Portuguese Late Colonial Counterinsurgency Doctrines (1945-1975). Tese apresentada com vista à obtenção do grau de Doutor. Londres: Department of War Studies – King’s College London – University of London.

- Reis, Jorge (2012). Guerra Subversiva – Lições Aprendidas e Contributos Para o Reajustamento da Doutrina Nacional. Síntese adaptada do Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General 2010/2011, concluído em Abril de 2011. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Rodrigues, Bethencourt (1990). “Um Documento Relativo à Reorganização do Exército – 1959 - 1961” em Revista Militar nº4 – Abril de 1990. Lisboa: Revista Militar.
- Rodrigues, Bethencourt (1995). “Do Principio ao Fim” em Antunes, Freire (1995), A Guerra de África (1961-1974), (1º volume). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Sarmiento, Manuela (2008). Guia Prático sobre Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada (2ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sarmiento, Manuela (2013). Metodologia Científica: Para elaboração, escrita e apresentação de teses. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Savimbi, Jonas (1995). “Arte de Resistir” em Antunes, Freire (1995), A Guerra de África (1961-1974), (1º volume). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Sequeira, Luis (1999). “O Exército Português no Início do Conflito” em Boletim nº49, 31 de Julho de 1999. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Serrão, Helder (2011). CIOE/CTOE – Operações Especiais – 50 Anos. Lamego: Edições Esgotadas.
- Silva, Duarte (1994). “Tropas Especiais” em Antunes, Freire (1995), A Guerra de África (1961-1974), (1º volume). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Tanham, George K. (1963), R.M.M. QUARTEL GENERAL. Guerra Revolucionária Comunista - O Vietname na Indochina. Lisboa: Gabinete de estudos e traduções.

Apêndices

Apêndice A - Guião de Entrevista ao Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Barrento Lemos Pires



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Autor: AspOfAl de Infantaria Victor Manuel Santinha Ferreira

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Barrento Lemos Pires

Lisboa, julho de 2014

GUIAÃO DE ENTREVISTA

Esta entrevista está associada ao Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com vista à atribuição do grau de Mestre, do curso de Ciências de Militares na especialidade de Infantaria, ministrado pela Academia Militar (AM).

Entrevistador: AspOfAl Inf Victor Manuel Santinha Ferreira

Tema: A importância da experiência internacional para o levantamento da doutrina denominada de “O Exército na Guerra Subversiva”.

Caracterização do Entrevistado

Nome do entrevistado: Nuno Barrento Lemos Pires

Unidade/Local: Escola das Armas / Mafra

Cargo/Posto: Diretor de Formação/ Coronel de Infantaria

Data: 20 de Junho de 2014

Sequência:

- Apresentação do entrevistador;
- Explicar os objetivos gerais da entrevista;
- Legitimar a entrevista. (Perguntar se a entrevista pode ser gravada)

Formulário de Perguntas

Qual o seu nome completo?

Qual o departamento a que pertence?

Quais as funções que desempenha atualmente?

1. De forma abrangente como caracteriza a doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”?

2. Quais foram para si os principais pilares que sustentaram a criação desta doutrina?

3. Quais foram os principais “pontos chaves”, para a preparação de Portugal para a Guerra subversiva?

4. Concorda que a doutrina militar de guerra subversiva portuguesa da década de 60 foi maioritariamente influenciada pelas doutrinas e experiências britânicas e francesas?
5. Se sim, qual destas nações pensa que teve maior influência?
6. Como considera a aplicabilidade da doutrina portuguesa à data, até aos finais dos conflitos na guerra ultramarina?

Respostas do entrevistado:

1. De forma abrangente como caracteriza a doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”?

A doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”, é uma doutrina desatualizada, no entanto tem elementos que são bastantes importantes para os dias de hoje, é uma boa reflexão, é uma boa base de dados para os dias de hoje, no entanto é bastante desatualizada. Esta doutrina não tem qualquer ponto de aplicação ao que se fazia durante a guerra de África e ao que se faz nos dias de hoje, basta dizer que nessa altura era geralmente um estado que tentava manter a sua soberania contra grupos de independentistas e hoje isso já não se revela da mesma forma. Hoje em dia a maior parte dos movimentos de *Counterinsurgency*, são feitos por alianças, como por exemplo o Afeganistão que são quarenta países, que dão apoio a outro estado que por sua vez lida com grupos que não são de movimentos independentistas, são grupos caóticos, com formação variada.

2. Quais foram para si os principais pilares que sustentaram a criação desta doutrina?

Os principais pilares foram fundamentalmente cinco práticas que são comuns em qualquer país que tenha uma doutrina evolutiva. O primeiro pilar é o de aprender com os outros, isto foi a primeira coisa que nós fizemos, foi tentar saber o que os “outros” andavam a fazer, portanto aprender com os outros foi enviar Oficiais e estudar os vários conflitos que havia na altura, Indochina, mais tarde o Vietname, Malásia, Quênia, Índia, toda a descolonização da baía asiática, mas mais incidentemente relativamente à Argélia. O segundo pilar foi ter uma perspetiva da altura, conhecer a nossa história e a nossa forma de trabalhar, uma vez que nós somos um país que temos uma história muito forte em termos

coloniais e de expansão do império, portanto fomos buscar as nossas lições históricas naquilo que era o nosso comportamento em África e noutros países e na nossa ação contra subversiva e subversiva, uma vez que nós para lidarmos contra as várias ameaças tivemos que nos socorrer, de postura subversiva e uso de pequenos grupos de guerrilha como fizemos ao longo da nossa independência, e também nas ultimas grandes guerras, “leia-se”, Guerra Peninsular, que foi talvez o último expoente em que nós utilizamos grupos pequenos e portanto sabendo usar um tipo de guerra sabemos utilizar o outro. O terceiro pilar tem a ver com esta sustentação de levantar uma doutrina, tem a ver com a experimentação, a experimentação foi a partir do momento em que enviámos grupos, a partir do momento em que aprendemos o que se fazia lá começamos a experimentar a três níveis, político, estratégico e tático. Ao nível político através da inserção de uma perspetiva de um apoio mais governação civil-militar, que foi experimentado pelo Governador e Comandante-chefe em Angola o General Deslandes, ao nível estratégico através da criação no Instituto de Altos Estudos Militares do grupo para fomentar essa doutrina de nível estratégico e ao nível tático através de três unidades, a Escola Prática de Infantaria, o Centro de Instrução de Operações Especiais e o Batalhão de Caçadores 5, onde se começou a dar grande interesse à ação psicológica, a experimentação prática de como ela era feita. O quarto pilar, tem a ver com a reestruturação e o quinto pilar tem a ver com o reequipamento. O quarto pilar tem a ver com a reestruturação da orgânica, um pouco dos relatórios que vieram da Argélia e permitiram fazer um pouco a nomadização de Armas como Artilharia, Cavalaria e mesmo a alteração dos quadros orgânicos convencionais da Infantaria a nível nacional. O quinto pilar foi obviamente virarmos o nosso pensamento de Estratégia genética para materiais que seriam importantes para uma guerra em África.

3. Quais foram os principais “pontos chaves”, para a preparação de Portugal para a Guerra subversiva?

Era óbvio que se previa uma guerra em África e dessa forma também era óbvio que nos teríamos que preparar para esta guerra, se todos os países estavam a descolonizar mais tarde ou mais cedo também nós iríamos entrar no mesmo processo, ou seja o preparar-se para uma “coisa” óbvia era uma inevitabilidade.

4. Concorda que a doutrina militar de guerra subversiva portuguesa da década de 60 foi maioritariamente influenciada pelas doutrinas e experiências britânicas e francesas?

Sim, sem dúvida que a nossa doutrina militar foi influenciada pelas doutrinas militares destas duas nações.

5. Se sim, qual destas nações pensa que teve maior influência?

Sem dúvida que foi a francesa na Argélia, que foi a qual nós enviamos Oficiais e essas quatro equipas de oficiais que foram à Argélia fizeram os relatórios e que posteriormente foram eles os responsáveis pela elaboração da doutrina. Britânica também por terem sido enviados oficiais, nomeadamente o Capitão Pedro Cardoso, Marques Pinto que foram buscar alguma cultura de *Intelligence*, portanto mais a francesa.

6. Como considera a aplicabilidade da doutrina portuguesa à data, até aos finais dos conflitos na guerra ultramarina?

A doutrina foi evolutiva, houve a doutrina de 1963, depois um *up date* em 1966, e forma em como ela está escrita, baseia-se em lições aprendidas e com as devidas propostas vão sendo alteradas. É uma doutrina evolutiva e a doutrina foi de facto um marco importante os cinco volumes e a forma como foram escritos e a forma como foi adaptado, constitui uma excelente base de adaptação, mas como nós sabemos a doutrina é apenas uma ferramenta. Que pode ser usada pela Política que a define e a Estratégia que a informa, portanto podemos dizer que a doutrina foi importante para um exercício de reflexão, pelas questões que estavam associadas, mas em si não resolvem nada. Portanto a doutrina foi evolutiva, foi adaptada, e no final do conflito havia estratégias políticas a cada um dos teatros.

Apêndice B - Guião de Entrevista ao Tenente Coronel de Infantaria Proença Garcia



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Autor: AspOfAl de Infantaria Victor Manuel Santinha Ferreira

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Barrento Lemos Pires

Lisboa, julho de 2014

GUIÃO DE ENTREVISTA

Esta entrevista está associada ao Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com vista à atribuição do grau de Mestre, do curso de Ciências de Militares na especialidade de Infantaria, ministrado pela Academia Militar (AM).

Entrevistador: AspOfAl Inf Victor Manuel Santinha Ferreira

Tema: A importância da experiência internacional para o levantamento da doutrina denominada de “O Exército na Guerra Subversiva”.

Caracterização do Entrevistado

Nome do entrevistado: Proença Garcia

Unidade/Local: Academia Militar

Cargo/Função/Posto: Professor de Pós Graduações e Doutoramentos/Tenente-Coronel

Data: 20 de Junho de 2014

Sequência:

- Apresentação do entrevistador;
- Explicar os objetivos gerais da entrevista;
- Legitimar a entrevista. (Perguntar se a entrevista pode ser gravada)

Formulário de Perguntas

Qual o seu nome completo?

Qual o departamento a que pertence?

Quais as funções que desempenha atualmente?

1. De forma abrangente como caracteriza a doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”?

2. Quais foram para si os principais pilares que sustentaram a criação desta doutrina?

3. Quais foram os principais “pontos chaves”, para a preparação de Portugal para a Guerra subversiva?

4. Concorda que a doutrina militar de guerra subversiva portuguesa da década de 60 foi maioritariamente influenciada pelas doutrinas e experiências britânicas e francesas?
5. Se sim, qual destas nações pensa que teve maior influência?
6. Como considera a aplicabilidade da doutrina portuguesa à data, até aos finais dos conflitos na guerra ultramarina?

Respostas do entrevistado:

1. De forma abrangente como caracteriza a doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”?

Foi uma doutrina que surtiu alguns frutos em África, e que tem dado alguns frutos nas operações de insurreição que se realizam atualmente. No entanto a doutrina que os portugueses empregaram na guerra de África, não foi gerada no nosso país mas assim adaptada às nossas circunstâncias, com algumas debilidades, porém também tínhamos um adversário bastante dotado, a exceção da Guiné. A nossa doutrina tem base francesa, que se baseava na guerra total, que face ao regime imperava e às dificuldades dos teatros, foi a adotadas pelas nossas forças armadas. O ambiente era permissivo em alguns locais, noutros não era permissivo e só as forças armadas é que podiam estar, de maneira a tropa fazia ação socioeconómica. A doutrina da contra subversão militar é apenas uma componente da estratégia total para a contra subversão. A grande premissa, é que não se ganha este tipo de guerras pela ação militar, mas perdem-se pela não ação da mesma, e a nossa doutrina serviu apenas para a ação militar. No fundo é uma doutrina bastante simples, denominada doutrina de quadrícula e de forças de intervenção, assentando num grande contacto com as populações onde por sua vez se desenvolvem, no âmbito militar, ações socioeconómicas, de apoio às populações, mas isto tem de ser visto, como estando sempre integrado na manobra total do Estado, sendo que só a doutrina por si só não resolvia o problema. Depois relativamente à atuação das forças armadas de quadrícula, estas coabitam com a população, fazem o seu papel de dissuasão, ação de presença e algumas ações esporádicas de nomadização, e as forças de intervenção faziam ações permitivas sobre os insurretos. Esta doutrina não era algo de inovador, mas sim uma adaptação através das lições aprendidas na Argélia, do Quénia, da Malásia, e nós portugueses apenas adaptamos às circunstâncias do

território e às especificidades das nossas forças armadas. Não se trata de um modo português de fazer a guerra como Cann afirma. O modo de o fazer é genérico para todos – ações de presença e ações punitivas com forças de intervenção. Já anteriormente, Napoleão utilizava as mesmas técnicas cá em Portugal. As ações táticas por si só não constituem doutrina é sim uma forma de emprego dos meios.

2. Quais foram para si os principais pilares que sustentaram a criação desta doutrina?

Não podemos ver isto como uma doutrina militar portuguesa. Não podemos considerar uma doutrina. São técnicas e procedimentos táticos de atuação contra forças adversárias. A doutrina não é militar, mas sim uma estratégia total de aproximação e isto não se baseia apenas em ações militares. O instrumento militar, foi apenas um dos instrumentos de toda esta estratégia, e talvez aquele de menor importância, não menosprezando claro, a determinação dos militares portugueses que aguentaram 14 anos, pois o contexto internacional é que nos levou a guerra e não a qualidade dos nossos militares. Analisando os relatórios Sul-Africanos e das operações Al Gore, conseguimos ver a opinião deles relativamente ao soldado português - bons soldados, generosos, combatentes, que nos envolvemos emotivamente nas mais diversas situações. No entanto, no que toca à doutrina de contrassubversão ela não existe, mas sim técnicas e táticas para atuar na área psicológica. Os livros de ação psicológica, são manuais de ensinamentos que não são originais. Por exemplo, o manual de administração logística é um manual que trás adaptações às especificidades portuguesas, retirados dos franceses. Depois a conduta das operações no terreno é que poderia trazer algumas novidades. Mesmo a localização dos efetivos, quando se fala na Africanização esta já era feita. No início do século XX existiam os landins, as forças de timor e Macau, eram locais enquadrados por ocidentais, neste caso europeus. Os cinco Volumes (“O exército na Guerra Subversiva”), são fundamentais para as táticas, técnicas e procedimentos na ação militar. Também a ação psicológica, a propaganda e o apoio às populações são essenciais, no entanto não eramos apenas nós a realiza-la.

3. Quais foram os principais “pontos chaves”, para a preparação de Portugal para a Guerra subversiva?

A importância da experiência internacional, para o levantamento da doutrina denominada de “O Exército na Guerra Subversiva”

Foi essencialmente o Professor Oliveira Salazar que sabia o contexto internacional em que o mundo se encontrava, com diversas situações a ocorrerem noutros países, de forma, que rapidamente iríamos sofrer o mesmo destino. Depois tínhamos Oficiais de grande qualidade, governadores gerais e comantes chefes a começar pelo general Deslandes, pelo Almirante Sarmiento Rodrigues e por um grande ministro do ultramar à data, que mandaram os seus oficiais, Tenentes-Coronéis, Capitães entre outros, tirar cursos de contra subversão noutros países, pois era aquilo que estava acontecer noutros países. Depois foi realizada uma missão militar às colónias em 1959 para começar e adaptar o dispositivo português às colónias, que originou o dispositivo de quadrícula, no entanto as forças portuguesas nessa missão eram de 2ª linha e de reforço à presença europeia naquela zona.

4. Concorda que a doutrina militar de guerra subversiva portuguesa da década de 60 foi maioritariamente influenciada pelas doutrinas e experiências britânicas e francesas?

Sim, com as informações maioritariamente influenciadas pelos britânicos.

5. Se sim, qual destas nações pensa que teve maior influência?

No meu entender não podemos olhar para essa questão e sermos completamente objetivos. No que toca há parte das informações, as publicações eram quase uma cópia das dos ingleses e foram realizadas pelos generais Marcos Pinto e Pinto Cardoso. Na área da atuação militar, nomeadamente os comandos, foi com influência Belga, com o Dante Vachi. A estratégia do aldeamento foi influenciada pelos conhecimentos adquiridos na Argélia, do Vietnam, etc.

6. Como considera a aplicabilidade da doutrina portuguesa à data, até aos finais dos conflitos na guerra ultramarina?

No geral correu bem, conseguimos aguentar 14 anos. Na Guiné foi muito complicado, em virtude do terreno que era bastante pequeno e da guerrilha ser lá executada em grande número. Neste teatro, a partir do momento que conseguiram inoperar a aviação portuguesa, foi bastante difícil para os portugueses. A doutrina de emprego dos meios, adaptada, teve sucesso. O que na minha opinião melhor correu foi a localização dos efetivos (a chamada africanização – mas que também foi utilizada em Macau e em Timor),

e também porque mais de 50% dos efetivos eram nativos, que conheciam bem o terreno e eram bons no combate, e que por sua vez facilitou a manobra das informações, que se era maioritariamente efetuada pela PIDE, mas que também lhe forneceu bastantes informações táticas com bastante pormenor. Outros grandes fatores que contribuíram para o seu sucesso foram portanto as informações, a Liderança, a iniciativa, a atuação socioeconómica junto das populações com a capacidade militar soberana. No geral o que também teve uma relevância enorme foi a capacidade portuguesa de sustentar uma operação logística de grande escala em todos os teatros de operações que tivemos, estando Portugal numa situação económica bastante complicada.

Apêndice C - Guião de Entrevista ao Major de Infantaria Melo Dias



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Autor: AspOfAl de Infantaria Victor Manuel Santinha Ferreira

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Barrento Lemos Pires

Lisboa, julho de 2014

GUIÃO DE ENTREVISTA

Esta entrevista está associada ao Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com vista à atribuição do grau de Mestre, do curso de Ciências de Militares na especialidade de Infantaria, ministrado pela Academia Militar (AM).
Entrevistador: AspOfAl Inf Victor Manuel Santinha Ferreira
Tema: A importância da experiência internacional para o levantamento da doutrina denominada de “O Exército na Guerra Subversiva”.
Caracterização do Entrevistado
Nome do entrevistado: Melo Dias Unidade/Local: IESM Cargo/Função/Posto: Professor na Área Específica de ensino do Exército/Major de Infantaria Data: 19 de Junho de 2014

Sequência: <ul style="list-style-type: none">- Apresentação do entrevistador;- Explicar os objetivos gerais da entrevista;- Legitimar a entrevista. (Perguntar se a entrevista pode ser gravada)

Formulário de Perguntas
Qual o seu nome completo?
Qual o departamento a que pertence?
Quais as funções que desempenha atualmente?
1. De forma abrangente como caracteriza a doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”?
2. Quais foram para si os principais pilares que sustentaram a criação desta doutrina?
3. Quais foram os principais “pontos chaves”, para a preparação de Portugal para a Guerra subversiva?

4. Concorda que a doutrina militar de guerra subversiva portuguesa da década de 60 foi maioritariamente influenciada pelas doutrinas e experiências britânicas e francesas?
5. Se sim, qual destas nações pensa que teve maior influência?
6. Como considera a aplicabilidade da doutrina portuguesa à data, até aos finais dos conflitos na guerra ultramarina?

Respostas do entrevistado:

1. De forma abrangente como caracteriza a doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”?

A doutrina existente, era apropriada e adequada face à ameaça, no entanto considero-a ligeiramente incompleta face à dinâmica que a ameaça assume nos dias de hoje, isto porque a guerra subversiva da altura assumia aspetos e dimensões no âmbito de guerras de libertação o que atualmente não se tem verificado nos atuais conflitos desta natureza.

2. Quais foram para si os principais pilares que sustentaram a criação desta doutrina?

Os principais pilares estiveram nesta origem foi a troca de experiência com outros exércitos com iguais problemáticas, nomeadamente principalmente a França.

3. Quais foram os principais “pontos chaves”, para a preparação de Portugal para a Guerra subversiva?

Os pontos chaves são suportados pela monemónica DIME estes elementos constituem o suporte base para uma boa resposta a este tipo de ameaça. A vertente diplomática no alcance da legitimidade de uma intervenção a vertente informacional no esclarecimento e compreensão do ambiente operacional no militar através de atividades cinéticas e não cinéticas conquistar a população e isolar os elementos subversivos, económica na sustentação da operação e desenvolvimento dos serviços básicos da nação anfitriã para o caso da intervenção ser no âmbito da coligação.

4. Concorda que a doutrina militar de guerra subversiva portuguesa da década de 60 foi maioritariamente influenciada pelas doutrinas e experiências britânicas e francesas?

Sim.

5. Se sim, qual destas nações pensa que teve maior influência?

Principalmente pela francesa, pela experiência e formação que deu aos portugueses nas coligações na Argélia.

6. Como considera a aplicabilidade da doutrina portuguesa à data, até aos finais dos conflitos na guerra ultramarina?

À data, a doutrina existente, e tendo em conta os meios disponíveis, penso que ela tenha tido toda a relevância, “O Exército na Guerra Subversiva”, foi um conjunto de manuais muito bem redigidos, com informações meticolosas que mostravam ao pormenor a forma de atuar neste tipo de guerra. A Operação Nó Górdio foi um bom exemplo disso, foi uma operação que além de dispendiosa e morosa, recolheu os seus “frutos” e onde as táticas e técnicas da guerra de contra subversão foram aplicadas na sua maioria com sucesso. Assim sendo considero que esta doutrina era atual e necessária à data.

Apêndice D - Guião de Entrevista ao Capitão de Cavalaria Pedro Ferreira



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Autor: AspOfAl de Infantaria Victor Manuel Santinha Ferreira

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Barrento Lemos Pires

Lisboa, julho de 2014

GUIÃO DE ENTREVISTA

Esta entrevista está associada ao Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com vista à atribuição do grau de Mestre, do curso de Ciências de Militares na especialidade de Infantaria, ministrado pela Academia Militar (AM).

Entrevistador: AspOfAl Inf Victor Manuel Santinha Ferreira

Tema: A importância da experiência internacional para o levantamento da doutrina denominada de “O Exército na Guerra Subversiva”.

Caracterização do Entrevistado

Nome do entrevistado: Pedro Ferreira

Unidade/Local: Regimento de Lanceiros Nº2

Cargo/Função/Posto: Oficial de Pessoal S1/Capitão

Data: 19 de Junho de 2014

Sequência:

- Apresentação do entrevistador;
- Explicar os objetivos gerais da entrevista;
- Legitimar a entrevista. (Perguntar se a entrevista pode ser gravada)

Formulário de Perguntas

Qual o seu nome completo?

Qual o departamento a que pertence?

Quais as funções que desempenha atualmente?

1. De forma abrangente como caracteriza a doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”?

2. Quais foram para si os principais pilares que sustentaram a criação desta doutrina?

3. Quais foram os principais “pontos chaves”, para a preparação de Portugal para a Guerra subversiva?

4. Concorda que a doutrina militar de guerra subversiva portuguesa da década de 60 foi maioritariamente influenciada pelas doutrinas e experiências britânicas e francesas?
5. Se sim, qual destas nações pensa que teve maior influência?
6. Como considera a aplicabilidade da doutrina portuguesa à data, até aos finais dos conflitos na guerra ultramarina?

Respostas do entrevistado:

1. De forma abrangente como caracteriza a doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”?

Esta é sem dúvida uma obra incontornável na evolução doutrinária do combate à subversão. Estes manuais resumem o *estado da arte* da contra-subversão à época, ou seja, durante o período da nossa guerra ultramarina. A doutrina aí impressa conjuga as lições aprendidas pelas nações que tiveram de travar esta guerra antes de nós, nomeadamente a França e o Império Britânico, resultando num conjunto de manuais pragmáticos.

2. Quais foram para si os principais pilares que sustentaram a criação desta doutrina?

Sem dúvida que em Portugal houve uma antevisão dos conflitos que iriam eclodir nos territórios ultramarinos, à semelhança do que sucedera às colónias francesas e britânicas. Deste modo foram enviados militares para estas nações com a finalidade de aprender as suas experiências e de as adaptar à nossa realidade, resultando na nossa doutrina.

Portugal aprendeu que este conflito não podia ser tratado como um conflito convencional, mas que teria de ser combatido conquistando as populações, não deixando a subversão crescer suportada pelos povos locais. A população é o centro de gravidade nesta estratégia e como tal, era preferível recorrer à ação psicológica, recolher informações fidedignas e realizar operações contra a guerrilha e os seus apoiantes do que atemorizar as gentes desses territórios.

3. Quais foram os principais “pontos chaves”, para a preparação de Portugal para a Guerra subversiva?

Do ponto de vista político aplicar o princípio de “conquistar os corações e as mentes” da população usando a menor força coerciva. Ao melhorar as condições de vida das populações nativas, nomeadamente infra-estruturas da saúde, educação e vias rodoviárias por exemplo, procurou-se ganhar a confiança dos povos, não deixando motivos para a população local apoiar a guerrilha. Sem o apoio da população, a guerrilha é como um peixe fora de água.

Do ponto de vista militar foi essencial a mudança da doutrina e a reorganização das Forças Armadas, para saírem de um paradigma de conflito convencional e desenvolver operações de contra-subversão. Neste sentido o envio de oficiais portugueses, a nações que travavam já as suas guerras coloniais, foi essencial para recolher ensinamentos e construir a doutrina.

4. Concorda que a doutrina militar de guerra subversiva portuguesa da década de 60 foi maioritariamente influenciada pelas doutrinas e experiências britânicas e francesas?

Sem dúvida. Quando Portugal começou a sua preparação para combater a subversão, a França e o Império Britânico estavam ainda a combater as suas próprias guerras. O envolvimento dos franceses na primeira guerra da Indochina (1946-54) e na guerra da independência da Argélia (1954-62), assim como a experiência britânica na Malásia (1948-60), no Quênia (1952-56), na Palestina e no Chipre, foram casos de estudo que resultaram na produção de doutrina fundamental para a elaboração dos manuais portugueses. A doutrina britânica, por exemplo, não resultou só em exemplos de sucesso: as campanhas de Áden (1962-67) e da Irlanda do Norte (1969-2007) são exemplos de falhanços.

5. Se sim, qual destas nações pensa que teve maior influência?

Não tenho conhecimentos que me permitiam dizer qual das duas foi mais importante. No entanto sei que ambas as nações tinham o conceito de contra-subversão muito bem delineado, no que diz respeito a operações conjuntas, entre forças de segurança, forças armadas e serviços de informações, para combater os insurgentes e que Portugal enviou oficiais para recolher esses ensinamentos.

Em 1958-59, Portugal enviou cinco oficiais para o *Intelligence Centre of the British Army* a fim de frequentarem cursos de informações, com uma forte componente sobre guerra subversiva. Quando chegaram a Portugal estes militares deram instrução destas matérias e realizaram uma tradução do manual britânico sobre a experiência na Malásia.

Em 1959, Portugal enviou uma equipa de seis oficiais para a Argélia, que inicialmente frequentaram um estágio de doze dias no Centre d’Instruction de Pacification et Contre-Guerrilla. Mais tarde, esses oficiais foram divididos em grupos de dois e enviados para cada um dos três organismos franceses estacionados na Argélia. No regresso, estes oficiais redigiram um volumoso relatório sobre as suas experiências.

Nas obras que li, fiquem sempre com a ideia de que, os Oficiais Portugueses da época estariam significativamente influenciados pela doutrina resultante das operações desenvolvidas pelos franceses na Argélia, até porque o final deste conflito é contemporâneo com o início das operações portuguesas em África.

No entanto é historicamente aceite que a atuação britânica nas campanhas da Malásia (1948-60) e no Quénia (1952-56) são exemplos doutrinários de contra-subversão bem-sucedida e que certamente tiveram grande influência na doutrina portuguesa.

6. Como considera a aplicabilidade da doutrina portuguesa à data, até aos finais dos conflitos na guerra ultramarina?

A doutrina militar portuguesa estava bem construída. A redação destes manuais que durou de 1960 a 1963 e uma versão corrigida em 1966, permitiu disponibilizar aos militares portugueses uma literatura com uma linguagem simples e de fácil compreensão. A sua aplicação também foi em grande parte desenvolvida com sucesso, apesar das dificuldades inerentes ao desenvolvimento de operações em teatros tão grandes e dispersos, a partir de uma pequena base de apoio.

O processo de aplicação da nova doutrina demorou sete anos e já havia começado antes da publicação deste manual, de 1961 a 1968, sendo notório o sucesso das operações em Angola e Moçambique. Já na Guiné, o controlo militar do território foi sempre protelado pelos ataques da guerrilha.

Em conversa com o meu colega de investigação na Universidade de Oxford, o Coronel Thomas Hammes, autor do livro “The Sling and The Stone” e grande impulsionador do conceito de “conflitos de quarta geração”, confessou-me que a doutrina norte-americana para a guerra do Iraque, foi inspirada entre outras na doutrina portuguesa, pelo que se mantêm atuais, os princípios em que assenta.

Apêndice E - Guião de Entrevista ao Tenente de Infantaria Adriano Afonso



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Autor: AspOfAl de Infantaria Victor Manuel Santinha Ferreira

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Barrento Lemos Pires

Lisboa, julho de 2014

GUIAÃO DE ENTREVISTA

Fonte: Autor

Esta entrevista está associada ao Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com vista à atribuição do grau de Mestre, do curso de Ciências de Militares na especialidade de Infantaria, ministrado pela Academia Militar (AM).

Entrevistador: AspOfAl Inf Victor Manuel Santinha Ferreira

Tema: A importância da experiência internacional para o levantamento da doutrina denominada de “O Exército na Guerra Subversiva”.

Caracterização do Entrevistado

Nome do entrevistado: Adriano Afonso

Unidade/Local: RI 15 - Tomar

Cargo/Função/Posto: Comandante Destacamento de Operações Especiais Tenente

Data: 19 de Junho de 2014

Sequência:

- Apresentação do entrevistador;
- Explicar os objetivos gerais da entrevista;
- Legitimar a entrevista. (Perguntar se a entrevista pode ser gravada)

Formulário de Perguntas

Qual o seu nome completo?

Qual o departamento a que pertence?

Quais as funções que desempenha atualmente?

1. De forma abrangente como caracteriza a doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”?

2. Quais foram para si os principais pilares que sustentaram a criação desta doutrina?

3. Quais foram os principais “pontos chaves”, para a preparação de Portugal para a Guerra subversiva?

4. Concorda que a doutrina militar de guerra subversiva portuguesa da década de 60 foi maioritariamente influenciada pelas doutrinas e experiências britânicas e francesas?
5. Se sim, qual destas nações pensa que teve maior influência?
6. Como considera a aplicabilidade da doutrina portuguesa à data, até aos finais dos conflitos na guerra ultramarina?

Respostas do entrevistado:

1. De forma abrangente como caracteriza a doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”?

Na minha opinião, podemos caracterizar a doutrina militar portuguesa em dois momentos, o momento para o qual foi formada e o momento atual.

Para o momento em que foi formada esta doutrina constituída pelos seus pilares teóricos e empíricos, soube responder com sucesso ao que eram as necessidades e os imperativos, revelados pelas ameaças nos territórios ultramarinos portugueses ao logo da guerra do ultramar.

No momento atual, esta doutrina revela que os seus fundamentos agregados nos mesmos pilares da data da sua constituição continuam atuais, mas que contudo carecem de uma adaptação à realidade vivenciada nos teatros de operações onde as FA portuguesas tendem aos dias de hoje a atuar. Uma das lacunas que pode ser apontada à nossa doutrina tem a ver com o facto de os nossos conceitos não responderem em exatidão aos conceitos de contra subversão/Counter Insurgency, praticados pelos demais países aliados em sede de organizações de defesa cooperativa/coletiva como a NATO.

2. Quais foram para si os principais pilares que sustentaram a criação desta doutrina?

Em primeiro lugar esta doutrina foi criada com base na necessidade de resposta a uma ameaça política. No seio da manobra política foi inserida uma complexa manobra militar de apoio, a essa mesma manobra política. O esforço e a adaptação das forças armadas portuguesas à época, contribuíram muito para o sucesso do emprego do modelo de

contrassubversão português, por si só a manobra militar portuguesa de contra subversão, constitui um importante pilar da estratégia de contra subversão ultramarina do governo do estado novo nos anos 60 e 70. Refiro isto porque as forças armadas eram a instituição que à época melhor soube responder aos imperativos de “enquadramento” da população ultramarina que havia sido fraturada e aquela que comitadamente soube estabelecer um quadro de segurança nos vários territórios ultramarinos em quase toda a sua extensão o que contribuiu para o diminuir da escalada de violência e para a reversão do aumento das capacidade dos movimentos independentistas nos vários territórios ultramarinos portugueses. O objeto principal da doutrina de contra subversão portuguesa foi e é a população, porque é nela e a partir dela que qualquer movimento insurrecional procura iniciar o processo de subversão. É com base na população que o movimento obtém os recursos necessários para conduzir a subversão enquanto processo. A doutrina portuguesa estabeleceu a sua estratégia de condução doutrinária em torno do controlo e enquadramento das populações ultramarinas. É nisto que a nossa doutrina é particularmente rica, porque nela encontramos soluções criativas que serviram para alhear a população da fracturação nacional pretendida pelos movimentos independentistas.

3. Quais foram os principais “pontos chaves”, para a preparação de Portugal para a Guerra subversiva?

Eu considero como ponto-chave, a “absorção” da experiencia contra insurrecional francesa e britânica alcançada no final da década de 50 no Norte de África, em particular na Argélia e na Asia Meridional. Através da experiência insurrecional francesa, conseguimos compreender a amplitude e capacidade um movimento insurrecional e prever a sua extensão e modo de atuação (numa fase já avançada), nos territórios ultramarinos portugueses. Através da doutrina britânica viemos a compreender a importância da diminuição da escala de violência, fato que veio a ser de importante aplicação nos territórios ultramarinos portugueses. Ainda com a doutrina britânica foi nos revelado uma dimensão que não fora até então revelada pela doutrina francesa, que é a instancia de uma governação pela população e não contra a população, de modo a procurar garantir uma união nacional por todo o território, de modo a evitar a fracturação desta união e de toda a sociedade, não oferecendo aos movimentos independentistas um suporte de população onde estes se pudessem gerar/regenerar.

4. Concorda que a doutrina militar de guerra subversiva portuguesa da década de 60 foi maioritariamente influenciada pelas doutrinas e experiências britânicas e francesas?

De todo, concordo. Concorde pela experiência positiva que conferiu para os portugueses quando visualizamos os sucessos das doutrinas francesas e britânicas nos seus territórios ultramarinos, mas creio que estas experiências foram em especial relevantes pelos fracassos que apresentaram e nos permitiram antever ameaças e obstáculos, naquilo que seria o processo de contra subversão nos nossos territórios ultramarinos.

5. Se sim, qual destas nações pensa que teve maior influência?

Ambas as doutrinas assumem um importante papel de relevo mas em diferentes perspetivas. Primeiro a doutrina que nos era mais próxima e que veio a influenciar em primeira instância, está sustentada na doutrina francesa de acordo a sua experiência na Argélia, a qual estava mais orientada para a resposta violenta aos movimentos independentistas. Quando refiro próxima, aponto que esta foi das primeiras influências doutrinaárias que chegou ao nosso território, contudo considero que a influência doutrinaária que se assumiu como chave concentra-se no contributo da doutrina britânica, pois de 1961 até 1966, os vários manuais portugueses de guerra subversiva foram progressivamente adaptados numa matriz de resposta que procurava o enquadramento e controlo das populações ao invés da resposta violenta sobre os movimentos independentistas. Este género de contexto doutrinaário é de índole britânica do final dos anos 50.

6. Como considera a aplicabilidade da doutrina portuguesa à data, até aos finais dos conflitos na guerra ultramarina?

Considero que a doutrina portuguesa sofreu uma evolução positiva ao longo do conflito. Nos seus segmentos político e militar destaco em especial a evolução da doutrina militar de contrassubversão porque esta soube cumprir não só com a necessidade de responder a uma ameaça premente e duradoura contribuindo progressivamente para a diminuição das capacidades do adversário e da escala de violência, como soube também contribuir, pela dispersão de forças, para a união e integridade nacional e territorial dos vários segmentos de população ultramarino, evitando a fracturação da sociedade portuguesa e dos seus constituintes nos seus vários segmentos identitários e sectoriais.

Apêndice F - Análise de Conteúdo das Questões

Quadro 1 - Resposta às questões

Resposta a Questão 1 - De forma abrangente como caracteriza a doutrina militar portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”?	
Cor Lemos Pires	<p>- É uma doutrina um pouco desatualizada mas que tem uma boa base. Não tem aplicabilidade no que se fez na guerra de África nem nos dias de hoje, dado que atualmente, não é um estado único a realizar movimentos de <i>counterinsurgency</i> mas sim uma aliança de vários países.</p>
TCor Proença Garcia	<p>- Esta doutrina surtiu efeitos em África e tem dado alguns efeitos nas operações que se desenrolam atualmente. Esta doutrina não foi gerada cá em Portugal mas sim adaptada de outros países, principalmente assente na guerra total francesa.</p> <p>A doutrina de contra subversão é apenas uma componente da estratégia total de contra subversão, no entanto esta estava apenas vocacionada para a ação militar.</p> <p>Assentava na doutrina de quadrícula e de forças de intervenção, com um grande contacto com as populações em ações socioeconómicas, de apoio às populações, estando estas sempre assentes na manobra total do Estado.</p> <p>Foi elaborada com lições aprendidas da Argélia, Quénia, Malásia, entre outros. As ações táticas não constituem doutrina mas sim uma forma de emprego dos meios.</p>
Maj Melo Dias	<p>A doutrina era adequada à ameaça da altura. No entanto, considero-a ligeiramente desatualizada pois esta estava vocacionada para dimensões no âmbito das guerras de libertação que não existem atualmente.</p>
Cap Pedro Ferreira	<p>Esta doutrina resulta do <i>estudo da arte</i> da contra-subversão à época, ou seja durante o período da nossa guerra ultramarina, e conjuga lições aprendidas por outras nações que tiveram a travar esta guerra antes de nós, nomeadamente a França e o Império Britânico.</p>
Ten Afonso	<p>Caracteriza a doutrina militar portuguesa em dois momentos:</p> <ul style="list-style-type: none">•O momento para o qual foi formulada – constituída por pilares

	<p>teóricos e empíricos soube responder com sucesso às necessidades e ameaças dos territórios ultramarinos durante a guerra do ultramar.</p> <ul style="list-style-type: none"> •O momento atual – Revela fundamentos agregados nos mesmos pilares, no entanto carecem de uma adaptação à atual realidade <p>Uma das lacunas que encontro é não responder com exatidão aos conceitos de subversão e contra subversão.</p>
Resposta a Questão 2 – Quais foram para si os principais pilares que sustentaram a criação desta doutrina?	
Cor Lemos Pires	<p>- Cinco pilares:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Aprender com os outros (Indochina, Vietnam, Malásia, Quênia, Índia e Argélia. •Ter uma perspectiva na nossa nação como berço do imperialismo marítimo (descobrimientos e Guerra peninsular), e atuar neste contexto com pequenos grupos de guerrilha. •Criar uma doutrina assente nos três níveis: <ul style="list-style-type: none"> o político – apoio de governação civil-militar o estratégico – criação de um grupo responsável por criar a doutrina o tático – com a escola prática de Infantaria, Centro de Instrução de Operações Especiais e Batalhão de Caçadores 5 (dando bastante ênfase à ação psicológica) •Reestruturação orgânica •Virar o nosso pensamento para de Estratégia Genética para materiais que seriam importantes para uma guerra em África.
TCor Proença Garcia	<p>- Não podemos ver isto como uma doutrina militar portuguesa, nem considera-la uma doutrina. São técnicas e procedimentos táticos de atuação contra forças adversárias. O instrumento militar descrito nesta doutrina era apenas um dos instrumentos da estratégia.</p> <p>A doutrina foi adaptada de outros países, porém a conduta das operações no terreno é que podia trazer algumas novidades.</p> <p>Os cinco volumes da doutrina são fundamentais para as táticas,</p>

	técnicas e procedimentos na ação militar. Também a ação psicológica, a propaganda e o apoio às populações são essenciais.
Maj Melo Dias	Foi a troca de experiências com outros exércitos com iguais problemáticas, principalmente em França.
Capitão Pedro Ferreira	A antevisão dos conflitos que iriam eclodir nos territórios ultramarinos, como sucedeu noutras nações. O envio de militares para estas nações com a finalidade de aprender as suas experiências e adaptar à realidade portuguesa o que resultou na nossa doutrina.
Ten Afonso	Esta doutrina foi criada para a necessidade de resposta a uma ameaça política. No meio desta manobra política foi inserida a complexa manobra militar de apoio. O esforço e a adaptação das nossas forças armadas contribuíram em muito para o sucesso do nosso modelo de contra-subversão português, e para tal a manobra militar constitui um dos pilares para a estratégia de contra-subversão, conseguindo este pilar estabelecer um quadro de segurança nos vários territórios ultramarinos em quase toda a sua extensão o que contribuiu para o diminuir da escalada de violência e para a reversão do aumento das capacidades dos movimentos independentistas nos vários territórios. A doutrina portuguesa assentava na estratégia de controlo e enquadramento das populações.
Resposta a Questão 3 - Quais foram os principais “pontos chaves”, para a preparação de Portugal para a Guerra subversiva?	
Cor Lemos Pires	- Foi essencialmente o conhecimento do panorama mundial de que estavam a acontecer incidentes em outros países que inevitavelmente chegariam aos nossos.
TCor Proença Garcia	Foi essencialmente o Professor Oliveira Salazar que sabia o contexto internacional em que o mundo se encontrava e agiu rapidamente sabendo que iria chegar ao nosso país. Depois tínhamos grandes Oficiais, governadores gerais e chefes comandantes que enviaram os seus Oficiais Tenentes-Coronéis, Capitães entre outros, tirar cursos de subversão noutros países. E também uma missão militar às colónias em 1959 para adaptar o dispositivo português à guerra que se avizinhava, da qual surgiu o

	dispositivo de quadrícula.
Maj Melo Dias	<p>Os pontos chave são suportados pela monemónica DIME:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Diplomacia – no alcance da legitimidade de uma intervenção •Informação – no esclarecimento e compreensão do ambiente operacional •Militar – através de atividade cinéticas e não cinéticas conquistar a população e isolar os agentes subversivos. •Económica – na sustentação da operação e desenvolvimento dos serviços básicos da nação anfitriã.
Cap Pedro Ferreira	<p>Do ponto de vista político:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Aplicar o princípio de “conquistar os corações e as mentes” da população. Melhorar as condições de vida das populações nativas, ganhar a sua confiança de forma a estas pessoas não apoiarem a guerrilha. <p>Do ponto de vista militar:</p> <ul style="list-style-type: none"> •A mudança de doutrina e a reorganização das Forças Armadas, passando a desenvolver operações de contra-subversão O envio de oficiais portugueses para outras guerras coloniais em curso para recolherem informações e conhecimentos.
Ten Afonso	<p>Foi a “absorção” da experiência contra insurrecional francesa e britânica.</p> <p>Da experiência francesa conseguimos compreender a amplitude e capacidade de um movimento insurrecional</p> <p>Da experiência britânica compreendemos a importância da diminuição da escala de violência e ainda que devemos governar para a população e não contra ela, de modo a conseguir criar uma união no território e evitar uma fracturação da sociedade.</p>
<p>Resposta a Questão 4 - Concorda que a doutrina militar de guerra subversiva portuguesa da década de 60 foi maioritariamente influenciada pelas doutrinas e experiências britânicas e francesas?</p>	
Cor Lemos Pires	- Sim, principalmente por estas duas nações.
TCor Proença	- Sim, com as informações maioritariamente influenciadas pelos

Garcia	britânicos.
Maj Melo Dias	Sim.
Cap Pedro Ferreira	Sem dúvida que sim. Quando Portugal regressou das guerras coloniais de França e Inglaterra estas ainda estavam a decorrer. França envolveu-se nas guerras de independência da Indochina (1946-54) da Argélia (1954-62) e Inglaterra na Malásia (1948-60), no Quênia (1952-67) na Palestina e no Chipre.
Ten Afonso	Sim, de todo. Olhando aos sucessos e fracassos dos britânicos e franceses foi-nos possível antever ameaças e obstáculos.
Resposta a Questão 5 - Se sim, qual destas nações pensa que teve maior influência?	
Cor Lemos Pires	- Sem dúvida a Francesa, na Argélia dado que os nossos oficiais foram enviados para lá com o intuito de criar a doutrina.
TCor Proença Garcia	- No que toca às informações foram principalmente influenciadas pelos ingleses. Na área de atuação militar, podemos identificar a influência belga, e a estratégia de aldeamento foi influenciada pelos conhecimentos adquiridos na Argélia e no Vietname.
Maj Melo Dias	Principalmente a francesa, pela experiência e formação que deu aos portugueses nas coligações na Argélia.
Cap Pedro Ferreira	Não tenho conhecimentos para fazer essa distinção. No entanto ambas tinham um conceito de contra subversão bastante semelhante. Portugal enviou cinco oficiais para Inglaterra para frequentarem cursos de informações com forte componente na guerra subversiva. Enviou seis oficiais para a Argélia, para frequentarem um estágio de 12 dias findo os quais foram divididos em grupos de 2 e enviados para um dos organismos Franceses estacionados na Argélia, e pelo que li foi esta experiência que mais parece estar influência.
Ten Afonso	Ambas tiveram bastante importância. No entanto dada a proximidade e que nos influenciou mais cedo, foi a experiência francesa na Argélia que estava orientada para uma resposta violenta aos insurretos. A doutrina britânica, por outro lado, assumiu um ponto-chave com a sua matriz de resposta que procurava enquadrar e controlar as populações ao invés de uma resposta violenta

Resposta a Questão 6 - Como considera a aplicabilidade da doutrina portuguesa à data, até aos finais dos conflitos na guerra ultramarina?	
Cor Lemos Pires	- A doutrina foi evolutiva, ou seja foi sendo alterada durante o decorrer da guerra. Esta doutrina foi importante para o exercício de reflexão adaptada a cada um dos teatros diferentes.
TCor Proença Garcia	- No geral correu bem, aguentando-nos 14 anos. Na Guiné foi bastante complicado, devido às características do terreno e o grande número de guerrilhas que lá operavam. A doutrina de emprego de meios, principalmente a localização dos efetivos, as informações adquiridas pelos nativos e pela PIDE, a liderança, a iniciativa, a atuação socioeconómica junto das populações junto com a capacidade portuguesa soberana e acima de tudo a capacidade portuguesa de sustentar uma operação logística de grande escala em todos os teatros de operações que tivemos, dado às dificuldades por que atravessava o país.
Maj Melo Dias	Era uma doutrina atual e bem estruturada para a época, tendo sido preponderante para o sucesso em muitas das missões que foram realizadas nas províncias ultramarinas.
Cap Pedro Ferreira	A doutrina estava bem construída e a sua aplicação também foi em grande parte desenvolvida com sucesso, apesar das dificuldades inerentes à operação logística de vasta escala. Em Angola e Moçambique foi notório o sucesso da doutrina. Já na Guiné o seu emprego foi sempre protelado pelos ataques da guerrilha. O Coronel Thomas Hammes, impulsionador de “conflitos de quarta geração” confessou que a doutrina norte-americana para a guerra do Iraque foi entre outras, inspirada na doutrina portuguesa, pelo que os princípios são os mesmos.
Ten Afonso	Considero que a doutrina portuguesa sofreu uma evolução positiva ao longo do conflito, tanto a política como a militar. A militar assumiu especial relevância pois soube contribuir para a diminuição da escalada de violência, dispersão de forças, união e integridade nacional e territorial.

Anexos

Anexo A – Plano feral de ação anti subversiva em África

11/2

SECRETARIADO GERAL DA DEFESA NACIONAL Nº. 39/57
8-5-957

2 Repartição

Doc. _____

Ent. _____

Assunto: _____

Proc.º 1000.1607

PLANO GERAL DE AÇÃO ANTI-SUBVERSIVA EM ÁFRICA

Sobre a consideração de 1.º o Ministro.

Parece que de tudo o que se tem exposto conviria assegurar:

Despacho

- Maior distinção das autoridades administrativas na ação anti-subversiva dos territórios do Ultramar Africano e a maior unidade de ação quanto a requisitos de idoneidade moral e administrativa;
- Ação policial mais inteligente e diligente em ação repressiva das actividades subversivas, mantendo ligação com as autoridades locais, prisioneiros;
- Auxílio material mais importante e adequado às condições locais de forma a habilitar as forças locais necessitadas à formação de quadros e agentes de segurança militares e burocráticos de nível profissional, em função da natureza a poderem cumprir, com o tempo, com os meios protectores mais resistentes e adequados para a tarefa de manter o domínio, mais insistentemente a menos custos de história e geografia, por exemplo;
- Maior unidade de acção nas forças militares, de nível administrativo, procurando entre a convergência gradual de inteligência e acção, com alguma unidade, por exemplo, no início, mas não podendo ser absoluta;
- Aumentar a maior expressão das missões militares em pontos mais importantes e criar a sua respectiva missão com maior unidade de acção, a nível da unidade das missões militares ou, melhor, religiosas e pro-comunitárias;
- Plano de forças mais racional, superiormente estruturado e mais forte nos métodos realistas e de grande dignidade política.

INFORMAÇÃO

de que a situação da comunidade em África, como resultado da guerra:

Grande importância de se fazer a cooperação entre todos os organismos envolvidos, militares, civis, políticos, económicos, de segurança, etc. de forma a tornar mais natural a acção comunitária e moral, propalando a ideia de África, como no momento presente se insere.

Em consequência do despacho de Sua Ex.ª o Ministro, procurou a 2.ª Repartição, esboçar as linhas gerais de um plano de acção anti-subversiva cujo âmbito excede as Forças Armadas mas de que elas podem tomar a iniciativa.

Como base para a elaboração desse plano consideram-se as seguintes premissas:

La 7.8.75
Vale
J.F.

Fonte: AHM-39/57-8-5-957

I - Interesse da U.R.S.S. nos negócios africanos

- 1 - A U.R.S.S. atingiu os seus principais objectivos na Ásia, onde beneficia do apoio activo da Republica Popular Chinesa e da neutralidade benevolente da União Indiana.
- 2 - A U.R.S.S. dificilmente poderá progredir na Europa, seu objectivo principal para a consecução dos objectivos leninistas, onde a abolição do culto da personalidade e a repressão da revolta húngara provocaram alta diminuição e confusão na massa dos Partidos Comunistas.
- 3 - Consequentemente a U.R.S.S. procurará assegurar a expansão do comunismo no Médio Oriente e em África principais fontes de matérias primas de que a Europa ainda dispõe.

II - Formas de acção russa

- 1 - Para o fazer é lógico que não recorra a um conflito armado geral, que precisamente lhe convém evitar, mas sim a procedimentos subversivos tendentes a deslocar as nações europeias de África, criando um vácuo para cujo preenchimento se julga em condições mais favoráveis do que a outra potência rival directa.
- 2 - As formas de infiltração comunista, de acordo com a mais pura teoria leninista, assumirão a forma geral de estímulo dos nacionalismos africanos e variarão conforme os territórios visados.
- 3 - Do conjunto de informações que possuímos pode-se afirmar concretamente que sabemos serem as actividades místico-religiosas a forma principal como se está operando à infiltração nas nossas províncias africanas.
- 4 - Todas essas actividades, sejam quais forem os seus objectivos longínquos, têm uma característica comum um tema básico é "A África para os Africanos".
A grande maioria dos chefes e adeptos dos movimentos são instrumentos inconscientes de Moscovo pelo que dificilmente se provará a sua ligação com elementos comunistas, que mais do que nunca devem ser procurados activamente.

Fonte: AHM-39/57-8-5-957

5 - Analizando os movimentos mistico religiosos de que temos conhecimento verificamos:

- a)- Acção desnacionalizante das missões protestantes
- b)- Aumento da influencia dos movimentos autónomos indígenas, cujos chefes, ou pretensos profetas, têm sempre uma educação protestante, o que julgam ser originado pelo facto das doutrinas protestantes assegurarem grande grau de liberdade de interpretação da Bíblia, o que conduz a uma tendencia fantasista nos espiritos mais atrasados e que difficilmente assimilam a doutrina, ao messianismo, sempre associado ao oportunismo político.
- c)- Duas informações recentes mostram-nos outro perigo. A existência de indígenas africanos portugueses na "Escola de acção anti-imperialista" de Praga e a existência (informação prestada pelo Sr. Embaixador de Portugal em Paris ao nosso Adido Militar) de indígenas portugueses frequentando escolas norte-americanas. São duas tendencias diametralmente opostas, mas sinceramente cremos, serem ambas perigosas para a integridade nacional.

III - Esboço dum plano geral de acção

Do conjunto de conclusões e factos expostos podem-se esboçar as linhas gerais dum plano cuja execução só seria possível a longo prazo e de cujo êxito dependerá a nossa sobrevivencia africana.

1- Intensificação da acção missionária católica nas nossas provincias.

Chama-se a atenção para o recente relatório das "Testemunhas de Jovê", nosso principal problema em Angola, em que se considera o catolicismo como o seu principal obstáculo. A opposição ao comunismo é igualmente evidente.

Mabora fora do nosso âmbito e sem experiencia directa, apenas baseado em informações e criticas ouvidas, parece-nos que essa acção, com o apoio do Estado, deveria tomar uma forma mais agressiva e mais prática, ministrando as bases duma cultura católica e portuguesa.

Os missionários estrangeiros, mesmo católicos, dão certamente menos garantias na consecução dos objectivos politicos

2 - Criação de dificuldades à acção das missões protestantes.

Esta acção tem implicações de política internacional que a tornam de difícil execução. Contudo julga-se que o balanço entre os benefícios materiais que das missões se obtêm e os prejuízos para a soberania nacional, justifica que se faça um estudo da forma como poderão ser fiscalizadas e eventualmente reduzidas.

3 - Proibição das actividades da seita Testemunhas de Jová em Portugal e no Ultramar.

Espera-se que, da investigação em curso, se possam colher elementos suficientes que justifiquem a medida proposta cujo reflexo, sobretudo em Angola seria certamente benéfico por privar o tócolismo, principal seita angolana, do apoio moral e financeiro que lhe é prestado.

4 - Medidas severas de repressão policial

a)- Embora desconhecendo os factores locais que influem no problema surpreende-nos a facilidade, verificada através das informações colhidas, de deslocação e de correspondência de muitos dos principais chefes das seitas indígenas. Privando as mesmas dos seus chefes, que abertamente atentam contra a segurança do Estado, julga-se provável contar com a desorganização rápida dos movimentos.

b)- Repressão igualmente severa dos abusos cometidos contra os direitos dos indígenas e de práticas desprestigiadas para a raça branca (uso de estupefacientes, depravações, prostituição, etc.).

No momento presente, de equilíbrio instável, a nossa presença africana tem que ser assegurada por portugueses que tenham a consciência do perigo que representam essas acções. Aos governadores deve ser reforçada a faculdade de castigo e expulsão desses indivíduos.

As recentes discussões na Comissão de Curadorias da ONU foram significativas. Não é caso virgem a presença de indígenas africanos que aí vão apresentar directamente as suas queixas. Seria extremamente embaraçosa a presença de indígenas portugueses com razões de queixa fundamentadas.

5 - Ação directa das Forças Armadas

Deixámos este ponto propositadamente para o fim, não por o considerarmos menos importante, mas por ser aquele que depende exclusivamente do Departamento de Defesa Nacional e sobre o qual colhemos alguns elementos complementares durante a missão desempenhada no SHAPE, por meio de oficiais franceses, alguns regressados há pouco da África do Norte.

A presença do Exército Português em África é indispensável como órgão de soberania mas a sua actuação contra o inimigo externo é de momento improvável e imprevisível. O inimigo, embora vindo de fora, é natural que se manifeste no interior.

As unidades estão suficientemente dispersas para que se possa atingir um resultado de conjunto.

Dois pontos poderiam imediatamente ser postos em execução:

- a criação de escolas elementares, para crianças indígenas, junta das unidades, tendo como programa base o ensino de português (falar, ler e escrever). É semelhança das Escolas Regimentais, e tendo a fiscalização que garantisse a eficácia do ensino;
- assistência social junto dos indígenas, assumindo sobretudo a forma de assistência sanitária.

Mesmo que as verbas tivessem de ser substancialmente aumentadas, mesmo que o tivessem que ser em detrimento de outras necessidades puramente militares julga-se que o rendimento, sob o ponto de vista nacional, seria extremamente compensador.

O Exército que salvou as nossas províncias Ultramarinas no final do século XIX, assumiria um papel primordial na sua conservação e nacionalização.

De momento interessa mais formar portugueses do que soldados, e o Exército deve estar presente nessa missão.

IV - Conclusões

São estes os pontos base que se julgam dever considerar num plano geral de acção anti-subversiva. Todas elas são a longo prazo, poucas medidas de acção imediata, e de resultados imediatos, se poderão tomar nas a acção adversa, se bem que tenha já um considerável avanço, não atingiu ainda um ponto que se considere crítico.

Recapitulando teríamos:

- I - Intensificação da acção missionária católica
- II - Obstrução à acção das missões protestantes
- III - Banimento das "Testemunhas de Jová"
- IV - Repressão policial
 - a.- contra agentes subversivos africanos
 - b.- das actividades anti-nacionais de europeus
- V - Acção cultural e social das Forças Armadas.

9-4-57
[Handwritten signature]

O ADJUNTO DA 2ª. REPARTIÇÃO

Viana de Lemos
Cap. CEM
CARLOS VIANA DE LEMOS
CAPITÃO

Fonte: AHM-39/57-8-5-957

Fonte: AHM-36/57-22-4-1957

- 2 -

afirmações e dados: referentes à sua actividade em território português:

a) Número de Ministros Pregando

Portugal	1948 - 14	1955 - 188
Açores	8	22
Madeira	4	12
Angola	14	30

- b) Portugal - Consideram excelentes os progressos feitos no nosso País em 1955 "a pesar da opposição da igreja católica".
Parece ter-se deslocado uma representação portuguesa (13 elementos) a uma assembleia em Paris.
Indicam a existência de uma filial da Sociedade no nosso País.
Como nos outros países a técnica seguida parece / ser a dos visitantes de porta em porta.

- c) Açores - São mencionados duas congregações organizadas e vários publicadores isolados.
Madeira - Indica-se uma congregação isolada, onde se teria realizado o batismo simbólico pela imersão na água.
Citam um máximo de 12 publicadores.

- d) Angola - No relatório é mencionado o Simão Toco como pregador da Sociedade e a entrevista, já relatada superiormente, que um pregador da Sociedade teve com ele a propósito das divergências surgidas entre o Tocoísmo e a Watch Tower.
Para acharmos elucidativa transcreve-se a seguinte frase:
"Imagine-se sua (do enviado da Sociedade) surpresa quando o funcionário (português) finalmente concordou com a viagem e disse que o Governo pagaria pela viagem de ida e volta por avião.
Esta visita durou uma semana e foi excepcionalmente interessante".
É mencionada ainda a acção na ilha de São Tomé.

e) Comentário:

Vê-se assim, por dados abertamente publicados, que a acção das "Testemunhas de Jeová" se estende já a Portugal e a várias províncias ultramarinas.

Embora, por vezes, condenem o comunismo, o facto é que se suspeita de certas ligações com ele, e mesmo que tal não se verifique a sua acção só favorecerá a infiltração comunista.

Recorde-se além disso que na sua doutrina figura a recusa de saudação à bandeira, e outras práticas que são contrárias às leis vigentes.

.../..

Fonte: AHM-36/57-22-4-1957

- 3 -

Procurar-se-lá obter mais alguns dados sobre a acção em Portugal desta Sociedade religiosa de origem americana que serão oportunamente comunicados superiormente.

3. Greves e distúrbios em Angola

No distrito do Congo, sede de quasi todos os outros incidentes já relatados, deram-se vários incidentes que as autoridades relacionam com o Tocoismo e que parecem ser derivados da execução do novo regulamento do trabalho indígena.

Os incidentes foram em:

Bungo - em 1.3.57

Uige-Candombe em 1.3.57

Sanza-Pombo - Alto Canale - em 4.3.57

Negage-Puri - em 4.3.57

Damba - em 4.3.57 e 5.3.57

Todos resultaram de reuniões que se haviam convocado para os indígenas "escolherem patrão". Verificou-se ou a sua não comparência ou a sua desobediência e subsequente debandada.

4. Situação na Guiné - Parece começar a esboçar-se certa efervescência nas regiões fronteiriças da Guiné Francesa reclamando a anexação da região de Cacine-Catió. O movimento é provavelmente chefiado por elementos extremistas do RDA (Rassemblement Démocratique Africain).

A PIDE prendeu um indivíduo que fazia certas afirmações que parecem corroborar as informações, de origem alemã, enviadas a Sua Ex^a. o Ministro, e que anunciavam um período de agitação na Africa Negra com base na acção da Federação Sindicalista Mundial.

Um problema que igualmente tem preocupado as autoridades é o intenso contrabando de arroz, tendo já sido solicitada cooperação dos Serviços Militares, por enquanto apenas com 5 jeeps.

O Comandante Militar menciona ainda certas deficiências dos quadros de oficiais e sargentos, que dificultarão certamente a sua acção, se alguns dos factos apontados anteriormente exigirem acção mais energica.

Cita ainda o facto do material de 8.8 existente na Guiné não dispor de munições, e não existir o material A.A. da Bateria Mista de Artilharia.

Comentário

Os factos citados eram esperados já há certo tempo. Podemos afirmar sem receio que o grau dos incidentes que surgirão na Guiné irá aumentando com a autonomia que a França parece amplamente disposta a conceder à Africa

.../...

Fonte: AHM-36/57-22-4-1957

Anexo C – Operações das Pequenas Unidades



Figura 1 - Defesa de uma Povoação

Fonte: EME, 1963

A defesa de uma povoação, é um exemplo de defesa de um ponto sensível, sendo de enorme importância a sua manutenção para que as forças de contra subversão possam cumprir a missão atribuída. Através da Figura 2, consegue-se perceber a complexidade da defesa de uma povoação, através da instalação de redes de arame, abertura de trincheira, torres de vigilância, sentinelas e zonas com armadilhas.

Anexo D – Dispositivo de Forças Em Quadrícula

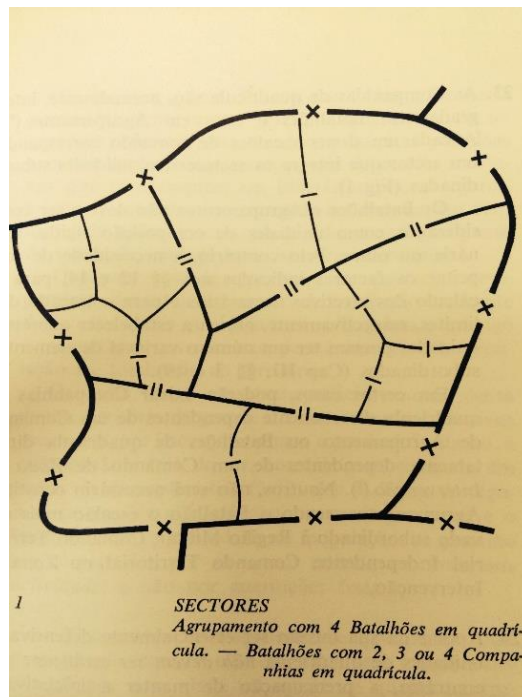


Figura 2 - Dispositivo de Forças em Quadrícula

Fonte: EME, 1963

Analisando a figura 2, percebe-se de que forma as forças de quadrícula estão implantadas num determinado território por pacificar, estando quatro batalhões a guarnecer esse território que se subdividem em, duas, três e quatro companhias em quadrícula.

Assim sendo, a cada Batalhão é atribuído uma determinada zona de ação que se divide em áreas de responsabilidade de companhia, criando assim uma malha que cobre o Teatro de Operações (TO).

Anexo E – Relatório Missão Argélia

	PÁG.
XXV - Vários aspectos militares da guerra na Argélia	
Unidades de Archis e tropas coloniais	157
Defesa e vigilância de vias de comunicação	157
Diversos	158

VISITA AO SAARÁ E VISITAS COM- PLEMENTARES DO ESTÁGIO

XXVI - Visita ao Saará	
Tougourt	161
El Oued	163
Ouargla e Hassi-Messaoud	164
XXVII - Visitas complementares	
Descrição e finalidades	166

C O N C L U S Õ E S

XXVIII- Conclusões	168
Os efectivos militares no Ultramar	170
Adaptação dos Comandos à nova modalidade da acção no Ultramar	171
Articulação e zonas de acção das Forças Ultramarinas	172
As tropas da quadrícula e as de intervenção	173
O papel do Exército na substituição ou prolongamento da acção da autoridade civil	174
Orgânica das unidades do Ultramar	175
Instrução dos quadros	176
Instrução das tropas	178

A N E X O S

- Anexo nº. 1 - Modelos de Boletins de Sondagem
- Anexo nº. 2 - O emprego da Arma Psicológica pelos rebeldes argelinos
- Anexo nº. 3 - A montagem teatral

Fonte AHM-FO-39-11-593-354